

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E



LONGEVITY
DRIVER OF GLOBAL OPPORTUNITIES
A FORUM FOR EUROPE AND AMERICAS



EUROAMERICAS
FORUM

17TH & 18TH NOVEMBER 25
NOVA SBE, CASCAIS, PORTUGAL

euroamericasforum.org
diasporaportuguesa.org

CONTACT US FOR FURTHER INFORMATION:

info@euroamericasforum.org
info@diasporaportuguesa.org

Follow us:

 @Conselho da Diáspora Portuguesa
 @euroamericasforum
 @euroamericasforum

POWERED BY



CONSELHO DA DIÁSPORA PORTUGUESA
World Portuguese Network

p/ 06 e 07.

Outubro - Um mês de orgulho e entusiasmo. Por José Governo
Obrigada, Maria Corina Machado. Por Cristina Passas, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista

Manuel Casimiro, Pintor, escultor, fotógrafo, designer, cineasta

p/ 30.

Conselho das Comunidades Portuguesas

Raízes e Rumo
Por Rui Marcelo, Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia
do Conselho das Comunidades Portuguesas

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 34.

Passagens 510 anos de relações luso-etiópicas
Por Joaquim Magalhães de Castro

p/ 44.

Ambiente Borralha. A mina que nunca fechou
Por Vítor Afonso

p/ 58.

Fundação AEPA Diáspora Portuguesa em Macau
Por Paulo Dinis

Obra de capa

Artista Plástico: Michael De Brito

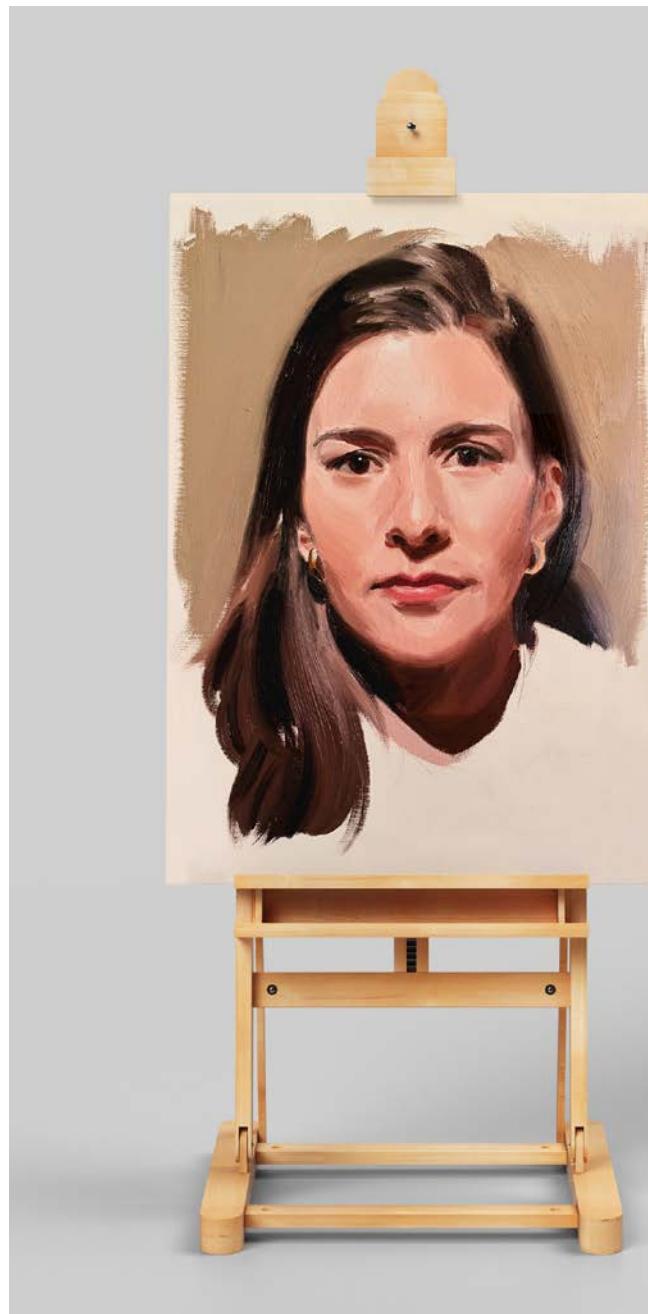
Dimensões: 40 x 30 cm

Técnica: Óleo sobre tela

Yasmine

*Há um rumor no meu silêncio
que um dia, uma “bruja” olhou para mim e
curvou-se.
Que no meu olhar vive o poder antigo,
daquele por que tantas mulheres arderam,
daquele que volta a florescer das cinzas.
Todas as madrugadas
ajoelho-me diante dos rostos emoldurados
dos santos a quem a minha avó sussurrava
— Santa Bárbara, La Caridade,
mulheres com espadas e mãos abertas.
Acendo uma vela por cada batalha
que hei-de travar,
junto as mãos e rezo:
Dai-me fogo que cure, não queime.
Dai-me coragem para dizer a verdade
mesmo quando ela me sai a tremer.
Quando me ergo, o fumo enrola-se-me:
pulseiras de bênção e rebeldia.
Saio para o dia sabendo
que os santos marcham ao meu lado—
com as auréolas gastas, os olhos ferozes,
e os corações a bater dentro do meu*

Marina Carreira
escritora



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | Diretora Adjunta Gilda Pereira | Editores António Monteiro, Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, João Vieira, José Governo, Madalena Pires de Lima, Madalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vitor Afonso | Revisão Daniela Sousa | Design Gráfico Amostra de Letras | Estatuto editorial <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | Editor e Proprietário Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | Administração Fátima Magalhães - 100% capital | Periodicidade Mensal | Contactos E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | Publicidade E : publicidade@descendencias.pt | Anúncios A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios

nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | Direitos Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | Sede Editor/Redação Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | Registo ERC 127522 | Edição 59, novembro 2025 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Prepare-se, vai ser uma grande viagem pelo Oriente. Mas antes passamos pelos Estados Unidos, onde o artista plástico Michael de Brito e a escritora Marina Carreira, nos presenteiam com a “Yasmine”, que ilustra a nossa capa de novembro. Simplesmente magnífica! Celebramos a literatura com os “Os Amigos do Largo”, e inaltecemos a Prémio Nobel da Paz de 2025, Maria Corina Machado, uma lusodescendente com orgulho nas suas origens. Antes de viajarmos para o lado de cá deste mundo, ainda fazemos uma paragem pelo Canadá para conhecermos a *Imagis*, uma empresa de referência nas áreas das tecnologias de informação. Manuel Casimiro é um dos nomes incontornáveis da arte contemporânea portuguesa. Pintor, escultor, cineasta e pensador, construiu uma obra que atravessa gerações. Uma entrevisita profunda, que revela o pensamento e a sensibilidade de um criador que nunca seguiu modas e traçou sempre o seu próprio caminho. Imperdível! Fique a saber, como podemos fortalecer o presente, e construir o futuro da Comunidade Portuguesa na Ásia e Oceânia. Viajamos ao Chifre da África para conhecer os 510 anos de relações luso-etiópicas. Para

além de sentir uma enorme paixão pelo contrabaixo, confesso que fiquei apaixonada pelo timbre de voz do Miguel Calhaz. Não perca! Visitamos as minas da Borralha, que deixaram atrás de si um pesado legado ambiental, com um enorme rastro de destruição e contaminação sem qualquer projeto de recuperação. Dedicamos um poema ao Gui e partimos à descoberta das nossas tradições lusas no que respeita aos peixes e pescados. Num tema cada dia mais presente nas nossas vidas, a saúde mental não pode ser esquecida. Seguimos para Oriente e visitamos a nossa Comunidade Macaense. E a herança portuguesa no Oriente, está de facto esquecida e abandonada pelo nosso poder político? Deslumbramo-nos pela lente da Vera Bondar, e descobrimos que o aconchego do nosso país natal, faz regressar muitos portugueses. Já com cheirinho a Natal desvendamos a *Misteriosa Arca Musical*, e concluímos a “Pequena História das Línguas”. Afinal, os programas de incentivo do Estado português, são uma Miragem? Muitos e bons motivos de leitura que lhe deixamos para ir desfrutando ao longo deste mês.

Prometemos regressar em Dezembro!



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| E M D E S T A Q U E

Outubro

Um mês de orgulho e entusiasmo

Literatura, Conexões e Novos Desafios na AILD

Na edição deste mês da Descendências Magazine, é com grande entusiasmo que compartilho as mais recentes atividades da Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD).

Entusiasmo, porque no passado dia 18 de outubro, a Biblioteca Municipal D. Miguel da Silva em Viseu, acolheu a apresentação do livro infantojuvenil “Os Amigos do Largo”, escrito pela talentosa Lídia Marques. Lídia, que é não apenas uma escritora e professora, mas também, uma estimada membro da nossa associação, e que traz um orgulho enorme para a AILD. Este evento é uma excelente oportunidade para celebrar a literatura e a contribuição dos lusodescendentes na promoção da cultura, da educação e da língua portuguesa, no caso, para um público infantojuvenil.

Além disso, a AILD tem estado activamente envolvida em diversas reuniões e contactos, em preparação para os desafios e construção do plano de atividades para o próximo ano de 2026.

O nosso compromisso em apoiar as delegações da AILD fora de Portugal continua forte, e, para isso, acabamos de renovar o processo de credenciação junto da DGACCP. Essa renovação permitirá uma colaboração ainda mais eficaz com as nossas delegações nos respetivos países de acolhimento.

Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para fe-

licitar o nosso membro Paulo Dinis, que recentemente representou a AILD num prestigiado certame internacional na China. A sua dedicação e empenho têm sido fundamentais para levar o nome da AILD além-fronteiras, promovendo a nossa missão de conectar e apoiar os lusodescendentes em todo o mundo.

Estamos entusiasmados com as atividades que se avizinham e continuamos a trabalhar para fortalecer a nossa rede e promover a cultura lusodescendente. Convidamos todos a participar dos nossos eventos e a envolver-se, pois, o espírito da AILD é de acolher todos, promover parcerias e potenciar a cooperação.

A AILD não está à espera, está a trabalhar activamente agarrando novos desafios, através de ações concretas, mas também, o destaque para o esforço e a dedicação na construção de uma rede viva, privilegiando e reforçando parcerias. Mas nada melhor do que a citação de Antoine de Saint-Exupéry, para resumir o meu pensamento, mas sobretudo, o espírito e a ação da AILD:

“O futuro não é um lugar para onde estamos indo, mas sim um lugar que estamos a criar. O caminho para ele não é encontrado, mas construído, e o ato de o fazer muda tanto o construtor quanto o destino.”

Até à próxima edição!



José Governo
Diretor Executivo da AILD

Neste mês de novembro, convido à reflexão sobre um acontecimento que transcende fronteiras e toca profundamente a alma de todos os que se orgulham da sua herança portuguesa. Refiro-me à atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2025 a Maria Corina Machado, mulher corajosa, defensora incansável da democracia na Venezuela e, com orgulho, lusodescendente. O reconhecimento internacional de Maria Corina Machado não é apenas um tributo à sua luta pela liberdade e pelos direitos humanos; é também uma celebração do legado português espalhado pelo mundo. As suas raízes lusas recordam-nos que, onde

quer que estejamos, a identidade cultural e os valores herdados da nossa terra têm o poder de inspirar e transformar. A determinação, a coragem e o sentido de justiça que marcaram o seu percurso são virtudes que reconhecemos profundamente na história e na alma do povo português.

Ser descendente é mais do que carregar um apelido ou uma memória familiar, é pertencer a uma história maior, é sentir o peso e o privilégio de representar uma cultura que valoriza o trabalho, a solidariedade, a palavra dada e o compromisso com a comunidade. A trajetória desta mulher extraordinária recorda-

| AILD

Obrigada, Maria Corina Machado

nos que manter vivas as nossas raízes é, em si, um ato de resistência e de amor.

Num mundo cada vez mais global e desigual, onde tantas vezes se diluem identidades, a AILD reafirma a importância de preservar e valorizar o que nos liga à nossa origem. A história de Maria Corina Machado mostra-nos que a força de uma descendência não está apenas no sangue, mas na capacidade de fazer dos valores herdados uma ferramenta de ação, mudança e esperança.

Neste novembro, entre novos começos e novos de-

safios, que possamos inspirar-nos neste exemplo. Que cada um de nós, à sua escala, continue a afirmar as suas raízes com orgulho e compromisso, construindo pontes entre gerações e territórios. Que o reconhecimento de uma mulher lusodescendente no cenário internacional nos motive a continuar a lutar, com serenidade, mas com firmeza, por um futuro onde a justiça, a igualdade e a dignidade humana sejam, como sempre foram para o nosso povo, o verdadeiro sentido da paz.

Obrigada Maria Corina Machado pelo legado!



Cristina Passas
Presidente da AILD



EMPRESA ASSOCIADA

Imagis

Pode-nos contar um pouco sobre o seu percurso profissional antes de se tornar Diretor Executivo da Imagis?

Desde muito jovem que me vejo como um negociador e empreendedor por natureza. Sempre adorei desafios e encontrei neles uma forma de aprender, evoluir e construir algo com propósito. Ainda no liceu, tive o meu primeiro projeto empreendedor: criar uma estação de rádio escolar e cheguei a conseguir o interesse da Grundig como potencial parceira tecnológica, embora o projeto tenha acabado por seguir outro rumo. Para financiar a iniciativa, organizei uma venda de rifas entre os alunos e a comunidade. Foi nessa altura que percebi o poder de uma boa ideia aliada à determinação e ao espírito de iniciativa.

Imigrei para o Canadá aos 17 anos, levando comigo essa mesma energia empreendedora e uma vontade imensa de criar oportunidades. Pouco depois de chegar, criei uma empresa de limpeza para ajudar a minha mãe e algumas

amigas recém-chegadas, que precisavam de apoio na sua integração. Mais tarde, para ajudar nas despesas da universidade, comecei a trabalhar como intérprete e tradutor freelancer. Em pouco tempo, transformei essa atividade numa das maiores empresas de tradução e interpretação do setor, o que me deu uma experiência valiosa de gestão, crescimento e liderança.

A minha paixão pela tecnologia nasceu da necessidade constante de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços que prestava. Sempre vi a tecnologia como uma ferramenta essencial para otimizar processos, aumentar a produtividade e garantir respostas mais rápidas, consistentes e fiáveis aos clientes. Essa visão acabou por levar à criação da Imagis (www.imagis.ca), uma empresa que atua nas áreas de Inteligência Artificial, Tecnologia da Informação, Automação de Processos e Cibersegurança, oferecendo soluções que ajudam as organizações a modernizar as suas operações e a tornarem-se mais eficientes e seguras.



Wilson Teixeira, Diretor Executivo da Imagis

Como nasce a Imagis e quais foram os principais desafios na criação e consolidação da empresa?

A Imagis Inc. foi fundada em 2017 com a vontade de criar uma ferramenta de gestão voltada para o setor administrativo. Com o tempo, e depois de várias conversas e análises de mercado, percebemos que o potencial era muito maior. A verdadeira oportunidade estava em desenvolver soluções integradas baseadas em inteligência artificial, automação de processos e cibersegurança, capazes de responder às necessidades reais das empresas e instituições públicas.

Desde cedo ficou claro que o sucesso dependeria de combinar experiência empresarial, conhecimento tecnológico e uma visão estratégica capaz de orientar o crescimento e gerar impacto imediato. Foi então que surgiu a oportunidade de reunir diferentes competências complementares, graças à recomendação de um mentor comum que acreditou no potencial de transformar uma boa ideia numa empresa com ambição global. A partir desse momento, a Imagis ganhou nova vida. A base técnica sólida uniu-se a uma estratégia focada em re-

sultados e num crescimento sustentável. Hoje, trabalhamos em parceria com aquilo que consideramos ser os melhores parceiros tecnológicos e de sistemas, representando as soluções mais avançadas e prestando serviços de excelência que refletem a nossa missão de inovar com propósito. Esse equilíbrio entre tecnologia, visão de negócio e inovação constante é o que define o espírito da Imagis e continua a guiar o nosso percurso.

Quais são os principais serviços da Imagis?

Entre os principais serviços que prestamos destacam-se:

- Inteligência Artificial e Agentes Virtuais – desenvolvimento e implementação de assistentes conversacionais e soluções de IA generativa, capazes de automatizar processos e melhorar a comunicação com clientes e colaboradores.
- Automação de Processos (RPA) – criação de fluxos automáticos que reduzem tarefas repetitivas, otimizam recursos e aumentam a produtividade.
- Cibersegurança e Gestão de Infraestruturas – proteção de



dados, monitorização de sistemas e gestão segura de ambientes tecnológicos.

• Serviços de IT e Suporte Técnico Remoto – gestão integral de redes, servidores, helpdesk e manutenção preventiva, garantindo operações estáveis e seguras.

• Consultoria e Integração de Sistemas – apoio estratégico na adoção de novas tecnologias e integração de soluções empresariais.

Além disso, a Imagis representa e implementa aplicações em modelo SaaS (Software as a Service), incluindo a Knowledgehook, uma plataforma digital e gamificada de ensino da matemática que apoia escolas e instituições em Portugal e no Brasil.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?

Vejo o projeto da AILD como uma iniciativa de enorme valor, porque traduz exatamente aquilo em que acredito desde sempre: a força das conexões humanas e o poder de criar pontes entre pessoas, ideias e oportunidades. Acredito que

esta rede da AILD pode tornar-se um verdadeiro ecossistema de inovação e colaboração, onde empresários, profissionais e instituições possam aprender uns com os outros e desenvolver projetos conjuntos com impacto global. Da nossa parte, esperamos poder contribuir com a nossa experiência internacional, com a dimensão tecnológica que caracteriza a Imagis e com o nosso compromisso de criar pontes de valor entre mercados.

Em suma, vejo esta iniciativa como um espaço de partilha e de futuro. Quando portugueses do mundo inteiro se unem em torno de um propósito comum, o resultado é sempre inspirador e transformador.

Portugalidade, é um tema presente na sua empresa?

Sem dúvida. A Portugalidade está presente na Imagis não apenas como uma herança cultural, mas como uma forma de estar e de pensar o mundo. Incorporamos valores profundamente portugueses, a curiosidade, a criatividade, a capacidade de adaptação e o espírito de entreajuda, e aplicamo-los diariamente na forma como trabalhamos, colaboramos e inovamos. A Imagis nasceu no Canadá, mas traz na sua es-



sência o espírito lusitano: o gosto pela descoberta, a coragem de explorar novos caminhos e a vontade de deixar uma marca positiva por onde passa. É essa mesma energia que move os nossos projetos em diferentes países e que nos inspira a criar tecnologia com alma, sempre centrada nas pessoas e nas comunidades que servimos.

Curiosamente, mesmo os nossos sócios e parceiros que não são portugueses demonstram uma profunda admiração pela nossa história, pela cultura e pelas raízes lusitanas. Foi precisamente essa admiração que ajudou a definir Portugal como o primeiro foco de internacionalização da Imagis, criando uma rede de colaboração e uma perspetiva global assente em valores humanos, confiança e partilha.

Além disso, fazemos questão de partilhar essa Portugalidade também com os nossos clientes, transmitindo-lhes a paixão, o orgulho e a autenticidade que caracterizam a nossa cultura. Sempre que possível, convidamo-los a conhecer Portugal, a experimentar a nossa hospitalidade, a nossa gastronomia, a nossa criatividade e a forma como vivemos e trabalhamos.

A Portugalidade, para nós, é isso: é unir tradição e modernidade, é acreditar que a inovação também pode ter identidade, propósito e sensibilidade humana. É um orgulho silencioso, mas constante, que nos acompanha em cada parceria, em cada desafio e em cada conquista.

Em certo sentido, podemos dizer que a Imagis é uma empresa global com coração português, e é precisamente esse equilíbrio entre o mundo e as nossas raízes que nos torna únicos.

Que palavra deixaria sobre a AILD relativamente a esta plataforma global?

Vejo a AILD como uma celebração do que somos: uma comunidade global unida pelas nossas raízes e pela vontade de continuar a conquistar o mundo com conhecimento e cooperação. Admiro muito o trabalho que têm vindo a desenvolver e gosto particularmente de ler as entrevistas, porque cada partilha é inspiradora e mostra o melhor da nossa diáspora e de todos aqueles que, com dedicação, trabalham para a fortalecer e unir.



Vera Diniz
Diretora Geral AILD - Negócios & Empresas

GRANDE ENTREVISTA

MANUEL CASIMIRO

PINTOR, ESCULTOR, FOTÓGRAFO,
DESIGNER, CINEASTA

Entre a razão e a sensibilidade, entre o gesto e a ideia, Manuel Casimiro construiu uma das obras mais singulares e intelectualmente rigorosas da arte portuguesa contemporânea. Pintor, escultor, cineasta, escritor e pensador, é um artista que recusa fronteiras e se reinventa a cada meio, guiado por uma inquietação essencial: a de compreender o mundo e devolvê-lo através da forma. Nesta conversa, o criador do icónico ovóide reflete sobre a identidade, a sinceridade na arte, o papel do espectador e a solidão do artista num país que ainda hesita em reconhecer os seus visionários.



© Tiago Ribeiro

A sua infância no Porto, marcada por uma herança familiar tão intensa – o pai como cineasta, o contacto com a cultura cinematográfica e literária – e os caminhos que depois seguiu entre França, Nova Iorque e Portugal, tudo isso forma um tecido profundo que alimenta o seu trabalho. Como se sente hoje, olhando para trás, em termos de identidade: reconhece-se mais no “homem do Norte”, no cosmopolita, no exilado voluntário ou num híbrido, e como essas várias identidades coexistem ou se conflitam no seu processo criativo?

É verdade que, na casa dos meus pais, havia um ambiente profundamente ligado às artes – à literatura, à pintura, ao cinema. A nossa casa no Porto era um espaço através-

sado por cultura em todas as suas expressões. Escritores, realizadores, pintores e pessoas ligadas ou interessadas na criação artística passavam por lá com frequência e, muitas vezes, partilhavam connosco refeições. Recordo-me de ter conhecido figuras como o José Régio, a Agustina Bessa-Luís e outros nomes maiores da nossa cultura. Esse convívio, claro, teve um impacto importante na minha formação, mas não foi o único nem, talvez, o decisivo.

Sempre gostei muito de ler. O meu pai tinha uma excelente biblioteca, e foi através dela que comecei a descobrir o mundo – os livros foram a minha primeira grande escola. Mas devo dizer que a minha verdadeira formação, aquela que se tornou mais profunda, alargada e estruturada, começou quando fui para França. Foi aí que tive o privilégio





de conviver com figuras como Jean-François Lyotard, Michel Butor e Pierre Restany. O contacto com esses pensadores, sobretudo com Lyotard e Butor, foi determinante; foram eles que ajudaram a forjar em mim os pilares de uma visão mais ampla e crítica sobre a arte e o pensamento contemporâneo.

Lá em casa éramos quatro irmãos, mas apenas eu segui o caminho das artes. Isso mostra que, embora o ambiente familiar possa ser fértil e inspirador, ele não é suficiente por si só para determinar uma vocação. A vocação é um mistério - não sei dizer de onde vem. Mas posso afirmar, olhando para o meu percurso, que dedicar uma vida inteira à arte exige mais do que talento ou circunstância: exige uma persistência hercúlea, uma resiliência constante. E, sobretudo nos inícios, não é fácil. Quando se pretende explorar caminhos nunca antes percorridos, surgem muitos entraves, incompREENsões, resistências. É uma caminhada longa e exigente, mas também profundamente gratificante.

Viajei e vivi em vários países, e essas experiências deixaram marcas importantes no meu trabalho e na minha forma de estar no mundo. Vivi duas décadas em França, que considero fundamentais para a minha formação e consolidação artística, e ainda depois disso mantive lá casa durante mais dez anos. Vivi também um ano em Nova Iorque, onde cheguei a receber um convite de uma importante galeria da altura, a OK Harris. Acabei por recusar por duas razões: por um lado, exigiam-me a entrega de um número fixo de obras por mês; por outro, obrigava-me a viver permanentemente em Nova Iorque. E embora seja uma cidade extraordinariamente inspiradora do ponto de vista criativo, também é profundamente desgastante. A vida lá é intensa, acelerada, extenuante - e percebi que não queria submeter-me a esse ritmo. Talvez porque nunca tive espírito carreirista.

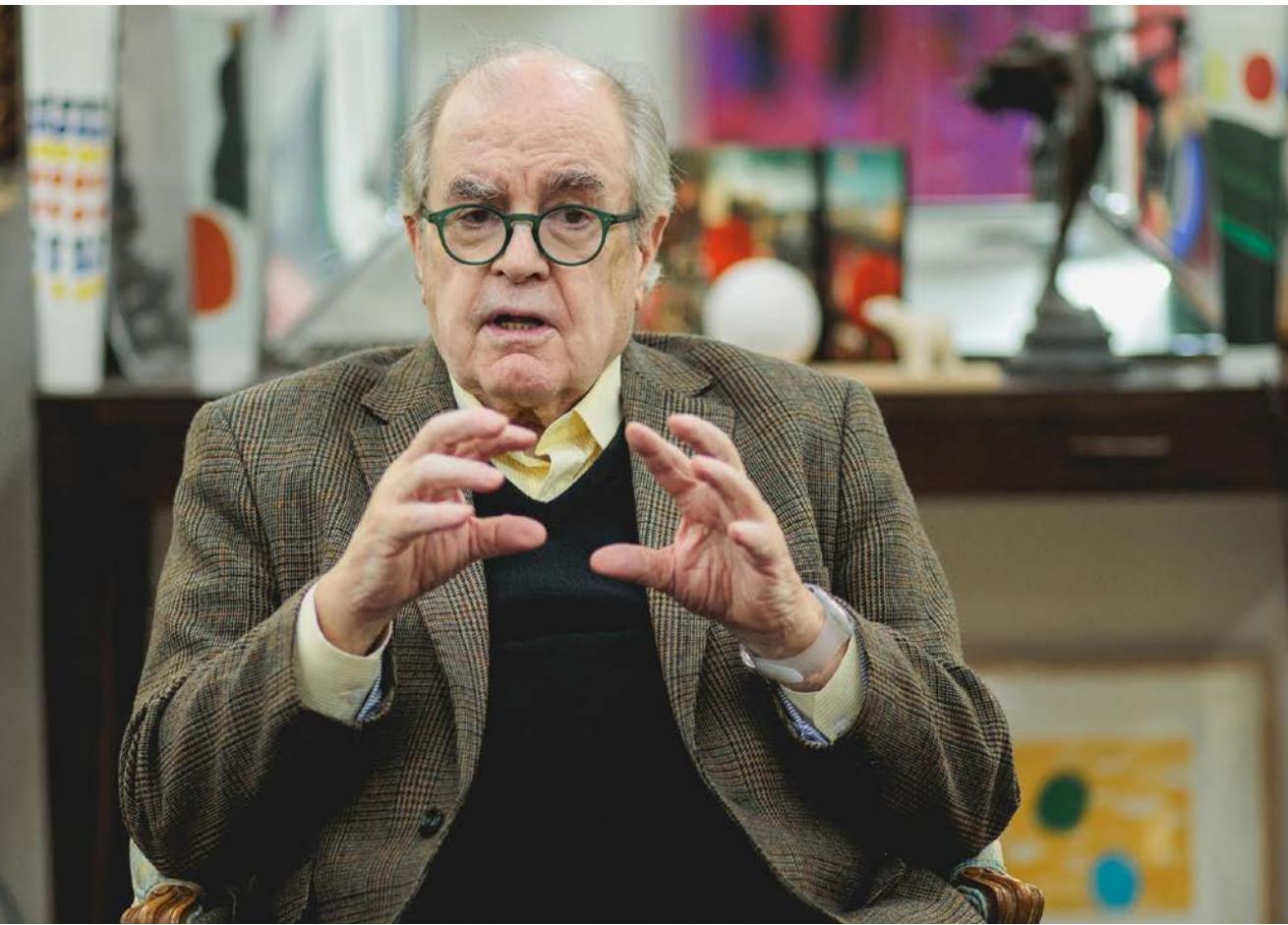
Além desses lugares, passei temporadas em Itália, Suécia, Finlândia, Japão, Vietname e outros países do Oriente e do Ocidente. Só me falta conhecer a Austrália. Mas mantendo um gosto enorme por continuar a calcorrear França - um país onde a cultura continua a ter um lugar de destaque e um público atento.

Ao longo da sua trajectória vimos uma permanente oscilação entre disciplinas - pintura, escultura, fotografia, cinema, design - como se houvesse uma única inquietação que se manifesta em diferentes linguagens. Pode descrever-nos qual é o núcleo conceptual que atravessa essas várias práticas e como decide, para cada peça ou série, qual o "meio" mais adequado para o seu pensamento artístico?

Sempre recorri aos meios que me pareceram mais adequados para cada circunstância. Houve momentos em que foi a pintura, outros em que foi a escultura, o cinema, a escrita - qualquer um desses caminhos, quando escolhido, era o meio ideal para expressar uma ideia ou para levar mais longe uma intuição que queria partilhar. Tudo começa, para mim, com uma ideia - uma pergunta, uma dúvida, uma inquietação - e a partir daí procuro descobrir qual o instrumento mais justo para a traduzir. Tenho um espírito muito racional, repleto de interrogações, e isso acaba por alimentar e enriquecer o próprio processo criativo.

Por vezes, uso várias disciplinas em simultâneo. Gosto, por exemplo, de escrever sobre as minhas próprias obras, de refletir por escrito sobre as ideias que lhes dão origem. São ideias que não se encerram em si mesmas: abrem-se, provocam novas questões, geram movimento, tanto em mim como em quem observa. Acredito que o espectador tem um papel ativo - as obras não se completam sem ele. É preciso que quem olha tenha "olhos de ver", uma sensibilidade que lhe permita participar na construção de sentido. De algum modo, as obras são feitas também por quem as contempla.

Nos últimos anos, tenho trabalhado com um iPad, mas de uma forma muito diferente daquela que, por exemplo, David Hockney utiliza - vi a sua grande exposição na Fundação Vuitton, em Paris, e foi interessante perceber as distintas abordagens possíveis ao mesmo suporte. Algumas das obras que concebi digitalmente deram origem, em 2025, a uma exposição no Vietname, na antiga cidade imperial de Hué, no Centro Internacional de Cultura. Fui convidado pela Professora Kim Lan, uma mulher culta, que ensinou Kant durante muitos anos na



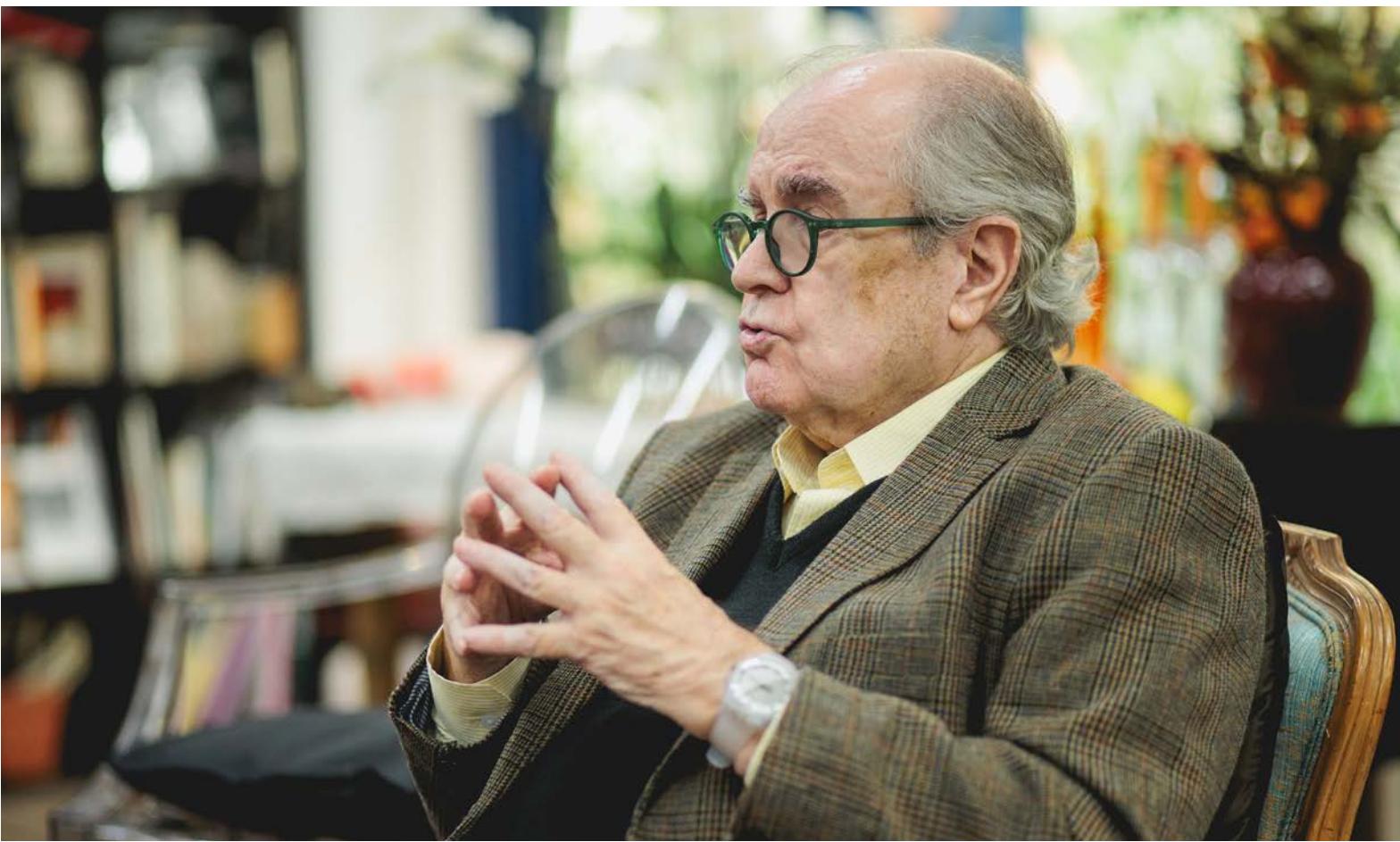
© Tiago Ribeiro

Universidade de Munique e que hoje dirige esse centro. A exposição foi acompanhada por um filme sobre o meu trabalho, realizado por organismos culturais vietnamitas, que inclui uma longa entrevista comigo. Espero poder apresentar esse filme em Portugal - talvez na Gulbenkian, em Serralves ou na Cinemateca - quando tiver tempo para me dedicar a isso.

Existe em si uma espécie de arqueólogo da imagem, uma busca por rastros, por fragmentos do passado, por iconografias que persistem, por fotografias antigas ou objetos guardados. Quando revisita esse arquivo pessoal ou coletivo, o que procura: a reconstrução, a evocação, a crítica ou o reencontro pessoal?

Creio que todos concordamos que o passado é fundamental. Na arte, como na vida, é ele que estrutura o presente e projeta o futuro - porque, no fundo, o presente é já futuro. Sou muito "lyotardiano" nesse sentido: acredito que o presente praticamente não existe, é apenas uma passagem. O que existe, verdadeiramente, é o que está por vir.

A minha preocupação em revisitar as obras do passado sempre teve essa dimensão de diálogo, de abrangência. Não se trata de nostalgia, mas de reencontro e de reflexão. No meu trabalho - e escrevi-o na monografia *Nem Antigo Nem Moderno* - recorro frequentemente a uma forma mínima, que ao longo do tempo passou a ser designada como "ovóide". Essa forma nasceu em 1968. É, em si mesma, vazia de conteúdo - um "nada" que pode ser "tudo", capaz de acolher todos os sentidos possíveis numa reflexão plural. Nos primeiros anos, o ovóide surgia inscrito em telas ou papéis com fundos brancos ou pretos. Essas composições organizavam-se em séries a que chamei *Estruturas*, onde uma certa lógica era sempre contrariada por pequenas rupturas. Noutras séries, que denominei *Jogos*, introduzi números para acentuar o diálogo entre o lógico e o ilógico, entre a ordem e o acaso. Mais tarde, esses ovóides desprenderam-se dos suportes originais para "invadir" imagens de obras de outros autores que fazem parte da nossa herança cultural - sobretudo as que habitam os museus. Foi assim que, em 1975, o ovóide viajou pela primeira vez com esse propósito, e acabou por



© Tiago Ribeiro

se instalar sobre a Gioconda de Leonardo da Vinci, numa espécie de abraço simbólico.

Recentemente, através do iPad, tenho revisitado essas obras e intervenções antigas, incluindo precisamente essa de 1975 sobre a Gioconda. A partir dessa imagem inicial, desenvolvi cerca de quarenta novas peças, todas diferentes, que reinterpretam e expandem aquele primeiro gesto. Creio que esta reflexão em torno da Gioconda mereceria, por si só, uma exposição autónoma.

Importa sublinhar que estas intervenções nunca foram nem são de natureza dadaísta. O ovóide funciona antes como uma espécie de ator abstrato que participa na história das imagens. Ele integra-se, ocupa o vazio, intervém silenciosamente sobre obras que já fazem parte do nosso imaginário coletivo. É, de certo modo, uma incógnita - um enigma que se oferece ao espectador, desafiando-o a encontrar a sua própria resolução.

O ovóide tem essa vocação de continuidade: no passado, no presente e no futuro, continuará a questionar e a repensar permanentemente a história da arte. Serve de instrumento para libertar o olhar de ideias feitas, conduzindo-nos a

pensar de modo próprio e inovador. O meu trabalho com o iPad, iniciado há poucos anos, nasceu precisamente de conversas com o meu amigo e colega António Cerveira Pinto. Desde então, essa exploração digital tem-se revelado muito variada e fértil em resultados. É um novo território, mas que mantém a mesma inquietação de sempre - a procura de um sentido que une o tempo, a forma e o pensamento.

A formação visual e literária do seu pai teve inevitavelmente a sua marca. Em que medida essa proximidade marcou o modo como viveu o cinema, o som, a imagem - não apenas tecnicamente, mas filosoficamente - e, inversamente, como procurou (ou procura) afirmar uma voz completamente diferente, singular?

O Manoel de Oliveira e eu temos obras distintas, cada uma identificando personalidades e linguagens muito diferentes, embora aqui e ali possam surgir pontos de contacto ou afinidades subtils. Um exemplo curioso é o do rei D. Sebastião - tema que trabalhei cerca de dez anos antes de o meu pai realizar o filme O Quinto Império. Refiro-me à minha



© Tiago Ribeiro

exposição Os Fantasmas do Rei D. Sebastião, apresentada no Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto, em 1988. Nessa mostra apresentei a segunda série de obras que desenvolvi em torno de uma reflexão profunda sobre a identidade de Portugal, inspirada nos símbolos presentes na própria bandeira nacional. A terceira série só viria a surgir muitos anos mais tarde - passaram cerca de vinte e cinco anos, com longos hiatos entre uma e outra, durante os quais me dediquei a outros trabalhos. Já a primeira série havia sido exibida anteriormente no Museu Nacional de Évora.

A propósito dessa primeira série, existe um pequeno filme de cerca de dez minutos, intitulado A Propósito da Bandeira Nacional Portuguesa, realizado em 1984 no Museu de Évora. Essa filmagem foi feita na ausência de Manoel de Oliveira,

segundo rigorosamente o guião que eu próprio concebi - com as ideias para os planos, as indicações musicais e os textos ditos por dois grandes actores. Mais tarde, foi o meu pai quem montou o filme, respeitando o guião original. Por razões práticas - sobretudo para facilitar o reembolso do custo de produção, que envolveu uma equipa profissional - o filme foi inicialmente registado com o seu nome como realizador. Assim foi possível vender duas cópias, uma à Fundação Calouste Gulbenkian e outra à Cinemateca.

A nossa intenção era, posteriormente, acrescentar o meu nome à realização, o que acabou por não acontecer. Na altura eu vivia em França, e o meu pai estava permanentemente envolvido nas filmagens dos seus próprios projectos. O filme ficou depositado durante muito tempo na Cinemateca.



© Tiago Ribeiro

Mais recentemente, quando surgiu a intenção de o exibir em Serralves, na Casa do Cinema Manoel de Oliveira, na versão que apresentava apenas o nome do meu pai, quando ele próprio fez questão de esclarecer formalmente que não se tratava de uma obra apenas sua. Nem ele nem eu alguma vez quisemos que um trabalho conjunto fosse confundido com autoria individual. O Manoel de Oliveira teve, aliás, o cuidado de deixar esse esclarecimento por escrito – tanto junto da Cinemateca como de outras instituições ligadas ao cinema – e pediu-me que o acompanhasse a um notário para registrar oficialmente essa declaração.

Ainda não revi o filme desde então, mas, segundo o atual diretor da Cinemateca, a correção já foi efetuada: consta agora o meu nome na realização, mantendo-se também o do Manoel de Oliveira, como deve ser.

A sua pesquisa artística cruzou-se com pensadores e críticos como Jean-François Lyotard, Pierre Restany e Michel Butor. Que influência concreta tiveram esses diálogos no desenvolvimento das suas ideias sobre a imagem, o pós-moderno ou a narrativa visual? Há algum conceito emprestado desses encontros que ainda regule hoje a sua prática?

Entre as figuras que mais marcaram o meu percurso, destaco três nomes que considero fundamentais: o filósofo Jean-François Lyotard – um pensador extraordinário, autor do conceito de “pós-moderno” que viria a transformar o pen-

samento contemporâneo –; o escritor Michel Butor, um intelectual de formação filosófica, conhecido mundialmente como um dos fundadores do Nouveau Roman; e o crítico de arte Pierre Restany, de brilho raro e reconhecimento internacional em diversos continentes. Todos eles, entre outros, escreveram sobre o meu trabalho – cada um a partir de um olhar próprio, enriquecendo de forma notável a leitura das minhas obras.

Michel Butor é, de certa forma, um caso à parte. Foi um escritor de vastíssimo e enciclopédico saber, cuja obra atravessa a literatura, a música, a pintura e muitas outras áreas. Nos seus cinco volumes reunidos sob o título *Répertoires*, é possível compreender a amplitude e a curiosidade quase infinita da sua mente. Tal é uma obra variada e rica que Autor pretendeu fazer um doutoramento sobre a sua própria obra. Escreveu bastante sobre mim, em livros e catálogos, sempre com uma sensibilidade rara.

O curioso é que nunca procurei nenhum deles. Foram pessoas que, movidas por uma curiosidade genuína, se aproximaram do meu trabalho. Lembro-me de Michel Butor ter visto uma intervenção minha sobre a imagem de um postal que integrava uma exposição. Tão intrigado ficou, que se informou sobre onde eu vivia e, num gesto que hoje quase nos parece impensável, veio bater-me à porta para ver mais pinturas. Pergunto-me quantos intelectuais portugueses, mesmo reconhecidos, teriam a ousadia e a generosidade de fazer o mesmo perante um artista então praticamente desconhecido.



© Tiago Ribeiro

Esses encontros foram fundamentais na minha formação cultural. O convívio com Lyotard e Butor, em particular, alargou-me horizontes de forma profunda. É evidente que, sendo o meu entendimento sempre “casimiriano”, absorvi deles certas riquezas e modos de pensar, mas nunca no sentido de os reproduzir. Foram diálogos fecundos – trocas vivas – que me ajudaram a compreender melhor a arte, a filosofia e a vida.

Na sua pintura recente, nota-se frequentemente a sobreposição de camadas, aparições e apagamentos, zonas de penumbra e luz quase espectral, como se houvesse memórias submersas emergindo ou sendo recusadas. Pode detalhar o

seu processo material – preparação das superfícies, impregnação de cor, rasgaduras, uso do espaço negativo – e como as decisões formais nascem da emoção, da intuição ou de uma necessidade conceptual concreta?

A sensibilidade está presente em toda a minha obra. Creio que é absolutamente fundamental num artista – mas o racional também. Sempre fui muito racional e estou inteiramente de acordo com a célebre afirmação de Leonardo da Vinci: “a pintura é uma coisa mental”. Eu apenas ampliaria essa ideia – diria que a arte, no seu todo, é uma coisa mental. Tudo o que fiz e continuo a fazer, seja na escrita, na pintura, na escultura ou, mais recentemente, no trabalho que



© Tiago Ribeiro

desenvolvo no iPad, parte sempre de uma ideia – uma ideia acompanhada, inevitavelmente, pela sensibilidade que lhe dá corpo e vida.

No processo criativo, podem surgir alterações, desvios ou ajustes, porque há sempre um diálogo entre a razão e o mistério. Se há ruturas, dissonâncias ou aparentes incongruências nas obras, é porque foram necessárias naquele momento. E há também coisas que não se explicam – que talvez só mais tarde possam ser compreendidas. Muitas vezes descubro, anos depois, significados que não eram conscientes no momento da criação. Já me aconteceu olhar para obras feitas há cinquenta anos e perceber, só agora, o verdadeiro alcance do que nelas estava implícito. A arte é isso mesmo: uma descoberta contínua, tanto para quem cria como para quem observa.

Não considero essa imprevisibilidade uma fraqueza – antes pelo contrário, é nela que reside a riqueza da obra. Há coisas que pertencem ao domínio do mistério, e esse mistério prolonga-se no tempo, revelando-se pouco a pouco.

A arte não deve ser algo fechado, definitivo ou plenamente explicável; não é uma receita de bolo. É um território em expansão, onde há sempre algo por acrescentar, por compreender, por reinventar.

Quem acompanha o meu percurso ao longo de tantos anos reconhece uma obra variada, rica em conceitos e ideias, que procura abrir novas perspetivas e horizontes aos que olham com verdadeira atenção – “com olhos de ver”, como gosto de dizer. As minhas obras não são ideias que se encerram nelas próprias: desafiam o espectador a participar, a dialogar, a construir. Nunca privilegiei um meio em detrimento de outro – pintura, fotografia, escultura, cinema, escrita – uso, em cada caso, o que me parece ser o instrumento mais adequado àquilo que quero expressar.

O que permanece, de forma constante, é uma forma nascida no início do meu percurso: o ovóide. Na sua repetição e nos diferentes contextos em que o inscrevo, revela-se sempre distinto, porque a repetição, longe de ser redundante, é uma maneira de evidenciar a diferença.

O olhar é, talvez, o seu instrumento mais constante - o que antecede o gesto, a cor, a forma. Depois de tantas décadas a olhar, fotografar, pintar e filmar, o que ainda o surpreende? Há algo que nunca deixou de o intrigar visualmente - uma luz, um gesto, uma textura?

Ultimamente, o que mais me tem perturbado é a violência do homem. A guerra é algo absolutamente inacreditável. O que se passa na Ucrânia, ou em Gaza, revela de forma brutal a crueldade humana - as piores facetas do homem expostas em imagens terríveis, que nos entram diariamente pela televisão. É uma realidade que nos confronta com a barbárie e a desumanização, e isso, inevitavelmente, mexe comigo.

Como pintor, sempre tive uma grande admiração por Goya, precisamente porque ele também enfrentou, com coragem e lucidez, essa dimensão sombria da condição humana. Já tinha trabalhado sobre os Caprichos de Goya - primeiro, num pequeno livro, numa fase em que as impressões ainda não tinham a definição ideal. Nessa altura fiz intervenções em vermelho vivo sobre as imagens, como se o sangue e a emoção nelas contidos ganhassem nova presença.

Anos mais tarde, voltei a refletir sobre esse trabalho. Comprei então um livro caríssimo, com fac-símiles de grande qualidade, e refiz toda a série dos Caprichos, reinterpretando-os com outra maturidade e profundidade. Esse conjunto foi depois apresentado numa exposição no antigo Museu Berardo, na Coleção Berardo, a convite de um curador francês. Dessa mostra resultou um livro muito bonito, que hoje integra juntamente com as 80 obras casimirianas dos Caprichos, o acervo da Biblioteca Nacional de França.

A fotografia, que ocupa um lugar fulcral na sua obra, tem-se expressado em séries que desafiam o desejável ou o confortável (erotismo, ruído visual, corpos que não se enquadram nos cânones). Quando decide entrar neste território mais íntimo ou controverso, quais são os riscos que sente - de mal-interpretar, de censura, de morbidez - e qual o desejo que o impulsiona? É confrontar, libertar, subverter ou simplesmente contemplar?

A fotografia ocupa, de facto, uma posição muito relevante no meu percurso. Tanto que a Isabel Lopes Gomes realizou um filme magnífico sobre uma parte da minha obra, centrado precisamente nessa dimensão visual. Depois dessa experiência, ela interessou-se ainda mais pela fotografia e convidou-me a realizar uma exposição com caráter retrospectivo, dedicada exclusivamente às obras em que a fotografia desempenha um papel central.

O objetivo foi mostrar imagens fotográficas que, no meu processo, funcionaram como utensílios de exploração - objetos para investigar ideias, memórias e presenças. Um exemplo é a série de autorretratos que fiz, nos quais inscrevia frases como "moi je n'existe pas" - "eu não existo". Trata-se de um conjunto de fotografias, em que algumas imagens foram captadas até na casa de Manterlink, em Nice.

Essa série foi apresentada numa exposição que funcionou como uma retrospectiva do meu trabalho fotográfico, no Museu da Vieira da Silva, em Lisboa, permitindo ao público perceber melhor a dimensão experimental e reflexiva da fotografia no meu percurso artístico.

O design e a escultura nos seus ovóides ou peças tridimensionais assumem formas frequentemente orgânicas, envolventes, aparentemente memorizadas ou fossilizadas. Quando concebe uma escultura, como dialoga internamente entre forma e volume, entre vazio e presença, entre a matéria em si e o espaço que a circunda? E nesse diálogo, que papel há para o acaso ou para a "imperfeição"?

Ao contrário da arte em geral, os objetos de design são criados com uma função específica. Dentro dessa imposição, cabe a quem os concebe recorrer a toda a sua capacidade de invenção, imaginação, sensibilidade e gosto. Os objetos que produzi foram elaborados sempre atentos à funcionalidade de cada um, sem nunca esquecer a forma ovóide, que permanece como assinatura do meu trabalho.

A minha mulher tem uma casa de chá, e nesse contexto concebi diversos modelos de chávenas de chá e de café em porcelana. Desenhei também açucareiros e colheres, concretizados em prata, incluindo as colheres para utilizar nas chávenas. Os açucareiros assumem a forma de verdadeiros ovóides, enquanto as colheres apresentam formas ondulantes, inspiradas em espermatozoides, com a concha igualmente ovóide. Para além destes objetos, projetei um decantador para vinho do Porto velho, obedecendo a todas as normas técnicas exigidas. O funil tem a forma de meio ovóide e sugere uma flor com o seu caule, combinando funcionalidade e estética de maneira harmoniosa.

Num mundo cada vez mais saturado de imagens - redes sociais, consumo visual em massa - que significado atribui à materialidade da obra artística, à textura da pintura, ao gesto manual, ao objecto singular? Acredita que o esforço pela lentidão, pela hapticalidade, pela experiência física da obra continua a ter um poder transformador no espectador contemporâneo?



© Tiago Ribeiro

Naquilo que fazemos, o mais importante é a sinceridade. Sinceridade é, para mim, absolutamente fundamental.

O esforço físico ou técnico necessário para realizar uma pintura - por intenso que seja - não é o que define a dificuldade ou a profundidade de uma obra. Por exemplo, quando trabalho no iPad, não existe esse esforço corporal; existe, sim, um esforço mental, de reflexão e decisão. Mas, independentemente das condições ou da facilidade com que a obra é executada, o essencial é aquilo que conseguimos expressar.

O que realmente importa é a expressão que a obra transmite - seja ela produzida com mais ou menos dificuldade. O tempo investido ou o esforço físico envolvido não são o elemento central. O que se percebe e se sente, sobretudo por quem tem experiência e atenção ao olhar, é a sinceridade e a genuinidade que a obra comunica. É essa honestidade artística que confere valor e sentido a qualquer criação.

Como avalia hoje a capacidade do sistema artístico português de acolher não só o novo, mas também práticas que desafiem classificações disciplinares (entre pintura, escultura, foto-

grafia, instalação)? E que mudanças institucionais consideraria urgentes para que essa abertura seja verdadeira e sustentada?

Quando me pede para falar sobre a capacidade artística em Portugal, não me parece que possa ser muito elogioso. Há uma grande dificuldade em aceitar algo que contrarie o estabelecido ou que seja verdadeiramente inovador. As instituições seguem, na sua maioria, um gosto importado do estrangeiro e, frequentemente, não têm capacidade para levar exposições de artistas nacionais para fora do país. Assim, os nossos artistas inovadores - que, de facto, não são muitos - ou conseguem o reconhecimento internacional por si próprios, ou dificilmente se afirmam em Portugal.

O mercado interno também se encontra gravemente fragilizado. Desde logo, as leiloeiras nacionais demonstram pouco ou nenhum conhecimento de arte moderna e contemporânea, revelando-se indiferentes a este universo. Isso contribui para que não consigam valorizar o que é verdadeiramente importante. Como consequência, praticam-se valores fal-

seados, muitas vezes suportados pela ignorância da história da arte de grande parte dos colecionadores nacionais. Ao contrário do que acontece em outros países, há uma enorme discrepância entre os valores praticados pelos museus e os visíveis nas leiloeiras. O mercado português de arte moderna e contemporânea é praticamente inexistente; é insignificante. Todos procuram pechinchas, e com pechinchas não se constroem cotações reais nem sustentáveis.

Um exemplo eloquente é o do pintor Sousa Cardoso, figura fundamental, não só, na história da pintura portuguesa. Olhemos para os valores das suas obras: como se explica que o seu amigo e colega, Modigliani - com quem conviveu em Paris - atinja preços incomparavelmente superiores? Isto revela a fragilidade e, de certa forma, o ridículo do nosso mercado.

Também é prejudicial existir um grupo restrito de influência, que limita significativamente os artistas que não estão protegidos por esse “guarda-chuva”. Se um artista não consegue vender as suas obras e não existe qualquer apoio estatal, como acontece noutras países, acaba por ser empurrado para outra profissão.

Pessoalmente, ainda bem que cedo me ausentei do país. Se tivesse permanecido, dificilmente seria quem sou hoje; provavelmente teria tido pouco crédito e seria apenas visto como “o filho de Manoel de Oliveira”. Mesmo assim, reconheço que dificilmente serei a pessoa mais estimada por cá.

Um exemplo recente que ilustra esta realidade é a “Saison France Portugal”, evento em que fui convidado pela França para inaugurar. A organizadora portuguesa, Dr.^a Manuela Júdice, não aprovou a iniciativa e, de forma bastante autoritária, ignorou completamente a exposição, tratando-a como se não existisse. Essa atitude chocou os franceses, que lhe escreveram pedindo que todas as exposições fossem divulgadas. Em França, ninguém procede desta maneira.

Além disso, esta exposição encontrou outras contrariedades: desejávamos mostrar oitenta obras dos Caprichos Ca-

simirianos que, em 2017, integraram as coleções da Biblioteca Nacional de França, em Paris. As exigências para retirar essas obras tornaram a operação praticamente impossível. Foi assim que, no espaço de três meses, voltei a intervir nas imagens dos Caprichos de Goya. Felizmente, tudo acabou por correr bem.

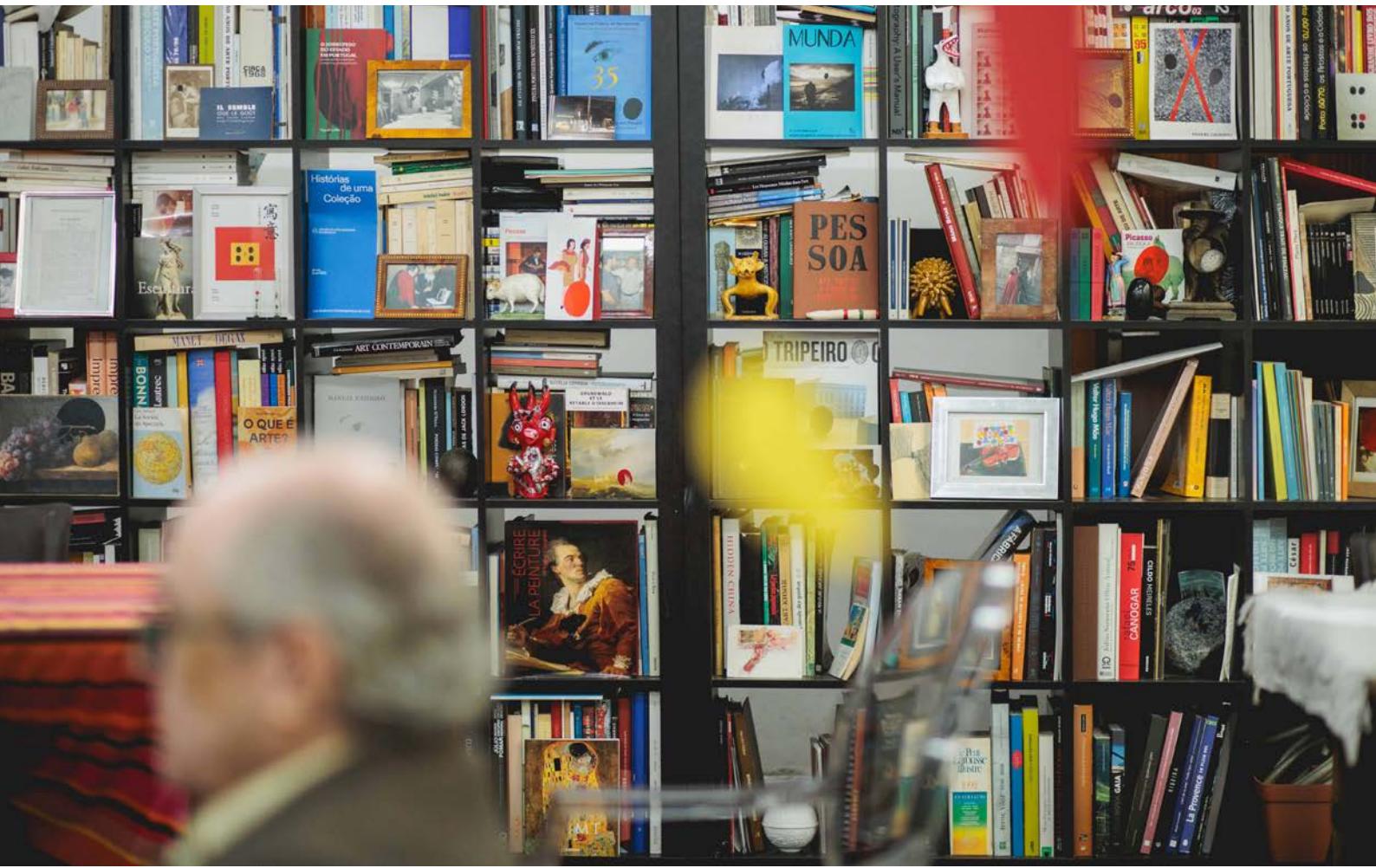
A globalização cultural, o turismo, as economias criativas trazem visibilidade mas também padronização, dogmas estéticos internacionais, pressões de mercado. Que obstáculos vêm para a autonomia do artista no panorama atual português e europeu? E como resiste - nas suas escolhas, nos seus exibições, nos seus materiais - a estas pressões para manter uma identidade própria?

Acredito que sempre tive uma identidade própria. O reconhecimento dos meus trabalhos é imediato; qualquer pessoa familiarizada com a minha obra consegue identificá-los.

Hoje, porém, há uma influência enorme resultante do acesso massivo e imediato à informação através da internet e das redes sociais. É natural que artistas com menos determinação se deixem influenciar pelos movimentos externos, amplamente propagandeados. Se um artista não possui uma personalidade consolidada, acaba facilmente por se deixar levar pelo que vem de fora. Além disso, as próprias instituições portuguesas são muito influenciadas por estas tendências internacionais, e isso é prejudicial, pois muitas vezes não sabem aproveitar o que de bom temos em Portugal.

Dou o exemplo do meu pai, Manoel de Oliveira, cujo trabalho é verdadeiramente ímpar no cinema mundial. Ele antecipou o filme de Visconti, *Sessione*, que inaugurou o Neorrealismo Italiano, um ano antes, com Aniki Bóbó. A sua obra tem características únicas e continua a ser muito valorizada internacionalmente: os seus filmes são frequentemente requisitados em festivais de cinema de prestígio, como





© Tiago Ribeiro

Cannes, exibidos no Lincoln Center, integrados no Festival de Filmes de Nova Iorque. O que é curioso – e triste – é que estes acontecimentos quase nunca recebem atenção em Portugal. Quando se fala do seu trabalho, é de forma mínea, quase imperceptível nos jornais e nos media. Portugal tem, infelizmente, o feitio de um caixão: quando alguém morre, o assunto é encerrado de forma definitiva. Apenas se houver alguma ligação política ou interesse particular é que o nome volta a ser mencionado; caso contrário, é como se não tivesse existido.

Não vejo esta mentalidade em países como França, Inglaterra ou Alemanha. Nesses lugares, há um verdadeiro respeito e valorização pela cultura própria, uma apreciação consistente da riqueza artística do país e dos seus criadores.

Se olhar para o quadro cronológico da sua carreira – desde as primeiras exposições em 1968 até às antológicas de hoje – que rupturas, na sua opinião, são as mais significativas? Podríamos apontar uma viragem estética ou conceptual clara em determinado ano, ou considera que o seu trabalho seguiu uma evolução mais dialogante e gradual?

O meu trabalho começou por ter importância desde o início, porque criei uma base sólida com os primeiros ovóides. Pinto desde miúdo – nunca deixei de pintar –, mas o meu verdadeiro interesse pela pintura surgiu no momento em que comecei a raciocinar de forma consciente e pensei: “Agora sim, vamos fazer a coisa como deve ser.” Foi então que nasceu o ovóide. Desde aí, são já muitas as obras, movimentos e caminhos que percorri. Um dos meus trabalhos mais recentes está profundamente ligado à cultura milenar da China. Quando recebi o convite para expor lá, mergulhei na leitura sobre a pintura chinesa e descobri algo fascinante: desde os primórdios, os pintores chineses se dedicaram quase exclusivamente à paisagem – e continuam a fazê-lo até hoje.

Inicialmente, pensei que fossem paisagens reais, copiadas da natureza. Mas não – são paisagens inventadas, construídas pela imaginação. Quando percebi isso, senti vontade de fazer o mesmo: paisagens que não existem. Comecei por pintá-las em pequenos retângulos dentro das telas e dos papéis; depois, essas paisagens foram-se expandindo, ocupando todo o espaço do suporte. E a partir daí, como sempre, fui experimentando, reinventando, e fazendo muitas outras coisas.



© Tiago Ribeiro

Se pudesse projetar uma grande retrospectiva sua que ainda não foi feita - que seleção de obras incluiria para mostrar não só a evolução formal mas os seus dilemas éticos, as zonas de sombra, as hesitações - quais seriam as peças-chave, as obras que considera nucleares para compreender Manuel Casimiro?

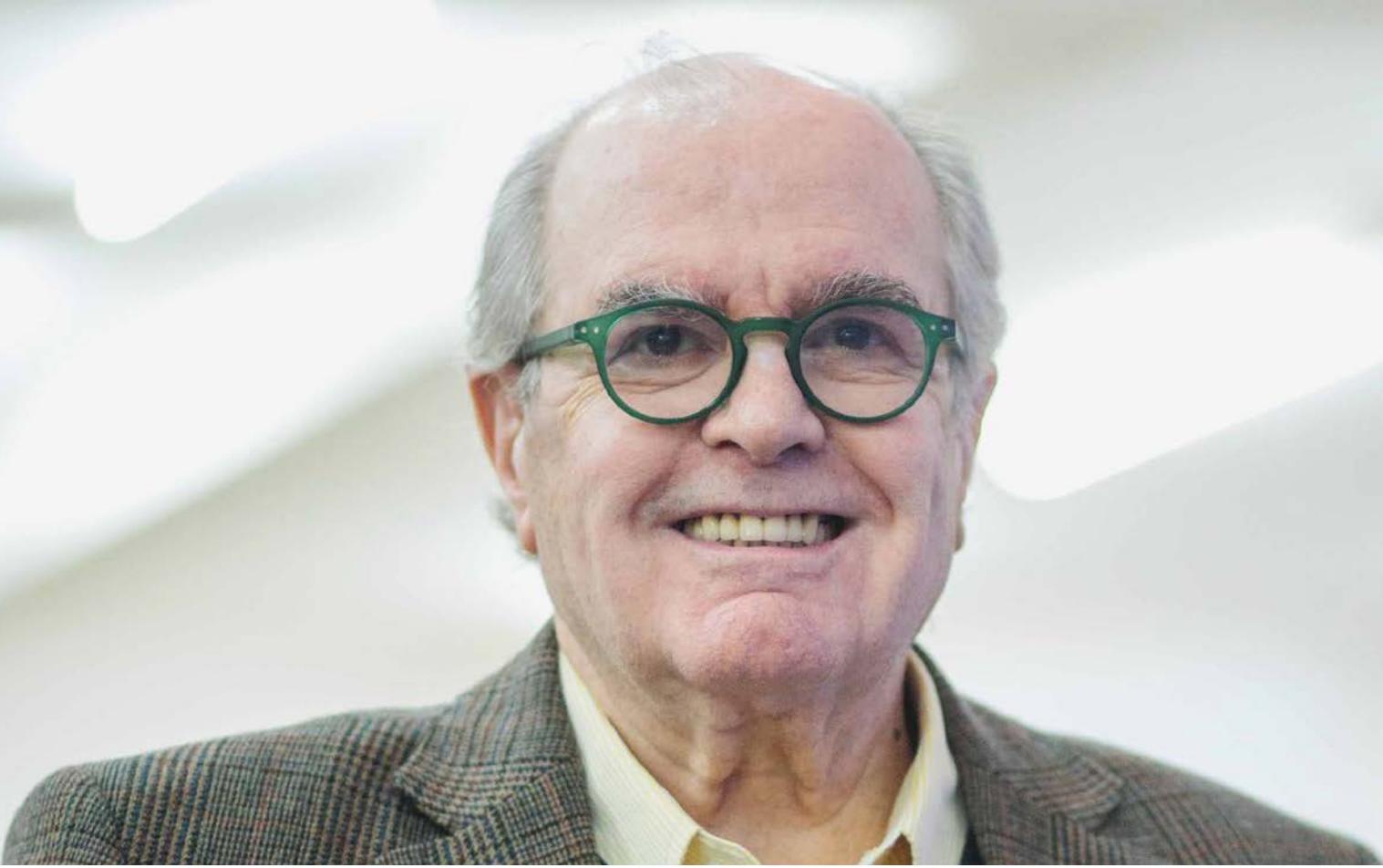
Desde logo, tinha que apresentar algumas obras do início - é como contar uma história: começa-se sempre pelo princípio. Há, sem dúvida, elementos que ajudam a compreender melhor o meu percurso. Destaco, por exemplo, a reflexão em torno da bandeira nacional e da nossa identidade, um trabalho que considero marcante. Fiz a primeira série no Museu Nacional de Évora, a segunda - Os Fantasmas dos Reis do Sebastião - no Museu Nacional Soares dos Reis, e a terceira num centro de arte em Matosinhos.

Outro momento importante é a fase das montanhas, profundamente simbólica. A subida à montanha representa o esforço humano, a procura de superação, o desejo de alcançar um ponto mais alto de entendimento. Quanto mais subimos,

mais ampla é a vista, maior é o conhecimento, mais profunda é a compreensão - já dizia Nietzsche, “Vós olhais para cima, quando ansiais por elevação”. Estar próximo da natureza é, também, aproximar-nos de nós próprios; é compreender melhor o que somos, e libertar-nos de certas aspirações demagógicas que em nada enobrecem o homem.

Em 1996, Serralves organizou a primeira grande retrospectiva da minha obra, a convite de Fernando Pernes e comissariada por Jean-Hubert Martin, então ex-diretor do Centro Pompidou. Dessa exposição resultou um volumoso catálogo com mais de vinte textos, de autores portugueses e estrangeiros, entre os quais Lyotard, Butor e Restany.

Desde então, surgiram muitas novas obras e perspetivas que gostaria de poder dar a conhecer a um público mais alargado. Nunca segui modas nem tendências; sempre trilhei o meu próprio caminho, movido pela vontade de inovar - algo que, sobretudo fora do país, despertou o interesse e a curiosidade de muitas figuras de prestígio internacional. Creio ser um dos autores portugueses com mais textos críticos e analíticos escritos sobre o seu trabalho.



© Tiago Ribeiro

Curiosamente, nunca fui convidado para representar oficialmente Portugal. Já representei a França - uma vez em Berlim e outra em São Paulo - mas isso nunca me inquietou. Não sou carreirista. O que me interessa é continuar a concretizar os meus projetos, que felizmente têm sido muitos.

Vivemos hoje um tempo de equívocos, em que a visibilidade se sobrepõe ao valor real das coisas, e onde o mediatismo muitas vezes promove o que é menos importante. Está-se muito longe do tempo do extraordinário galerista Daniel-Henry Kahnweiler, que dizia querer enriquecer - mas não de qualquer maneira. Foi ele quem ajudou a projetar Picasso e outros grandes nomes da história da arte. Enriqueceu antes da guerra, perdeu tudo durante ela e voltou a enriquecer depois - sempre com integridade e verdadeira paixão pela arte. Era um homem culto, movido pelo gosto e pela sensibilidade, e não pelo dinheiro. Hoje, infelizmente, já não se vê muito disso.

Finalmente, como gostaria de ser lido pelas gerações futuras? Que legado espera deixar - em termos de perguntas colocadas à arte, de modos de ver, de práticas disciplinares híbridas - e que conselhos deixaria a um jovem artista português que se debate hoje entre a tradição e a necessidade de inovação radical?

A arte está em permanente mobilidade. As obras têm uma vida própria, uma capacidade de se atualizarem com o tempo. As obras verdadeiramente importantes são aquelas que mantêm essa força de renovação, que continuam a falar ao presente, mesmo tendo sido criadas há décadas ou séculos.

Também o espectador mudou.

O público que hoje observa uma pintura não é o mesmo dos séculos XVII, XVIII ou XIX. Cada época tem o seu olhar, a sua sensibilidade, o seu entendimento das coisas - e a arte acompanha essas transformações. É por isso que o passado se projeta no futuro. Essa atualização constante é o que o filósofo Jean-François Lyotard identificava como o sentido do pós-moderno: um diálogo contínuo entre o que foi e o que está por vir. Um passado que não se projeta no futuro, que não renasce sob novas leituras, acaba por perder o seu sentido.

Quanto ao entendimento das minhas obras pelas gerações futuras, não sei o que esperar. Só o tempo o dirá. Não é fácil prever o futuro, sobretudo num momento em que parece que o ser humano insiste em autodestruir-se através da guerra e da violência. Vejo o mundo com alguma apreensão - não me parece haver uma perspetiva muito cor-de-rosa.

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Raízes e Rumo

Fortalecer o Presente, e Construir o Futuro
da Comunidade Portuguesa na Ásia e Oceânia



O Conselho das Comunidades Portuguesas do Círculo da China (CCP-CC) aproxima-se de um momento decisivo do seu mandato: a avaliação crítica e transparente do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos dois anos. Este exercício de reflexão visa elaborar um balanço das principais ativi-

dades, iniciativas e resultados, com especial enfoque na intervenção do Conselho nas diversas regiões que integra. É fundamental não só para prestar contas à comunidade, mas também para consolidar os resultados alcançados e identificar as áreas que carecem de maior atenção.

Contudo, esta iniciativa vai muito além de um simples balanço retrospectivo. A sua realização é um ato estratégico que reconhece a necessidade premente de desenvolver e consolidar um plano de ação robusto para o restante período do mandato.

Assim, e para dar um propósito estratégico a esta reflexão, o CCP-CC irá promover em breve um debate temático intitulado “Raízes e Rumo: Fortalecer o Presente, e Construir o Futuro da Comunidade Portuguesa na Ásia e Oceânia”. Esta iniciativa pretende reunir um painel vasto e representativo para um debate qualificado sobre o futuro da comunidade portuguesa. A discussão centrar-se-á na preservação cultural, na cooperação entre comunidades e nas iniciativas socioeducativas, com o objetivo de produzir orientações que se alinhem directamente com os objetivos desta estrutura do Conselho das Comunidades Portuguesas, e criando as bases operacionais para os próximos dois anos.

A relevância deste debate é ainda mais evidente quando consideramos o contexto atual. Num mundo em constante movimento, onde as diásporas se confrontam com novas realidades, a comunidade portuguesa na Ásia e Oceânia enfrenta um duplo desafio: honrar a herança que a define e traçar com audácia o seu caminho no futuro. Particularmente em Macau, este equilíbrio não é apenas uma questão cultural, mas um imperativo estratégico para a sua sobrevivência e relevância a longo prazo. É precisamente esta dupla missão colectiva – a de preservar as “Raízes” e desbravar o “Rumo” – que o tema do debate sintetiza, convocando a uma reflexão profunda sobre identidade, cooperação e inovação.

As raízes de uma comunidade são o seu alicerce existencial. No contexto lusófono asiático, falamos de uma história multissecular de encontros, trocas e coexistência que moldou identidades únicas, como a Macaense. Esta herança é um rico mosaico composto pela língua portuguesa, pelas tradições religiosas, pela gastronomia, pela música e por uma certa forma de estar no mundo. Falamos de uma

história rica, de uma língua que nos une e de tradições que nos dão sentido de pertença. No entanto, o mero exercício de memória não basta. As raízes, para se manterem vivas, precisam de ser continuamente regadas pela transmissão intergeracional e pela prática quotidiana.

É aqui que o papel das instituições de matriz portuguesa se torna insubstituível. Escolas, associações culturais, organizações de utilidade pública, comunitárias e clubes sociais são os guardiões activos desta herança, mantendo viva a chama da lusofonia através do ensino, da promoção artística e do apoio social. São estas entidades que garantem que as novas gerações de lusodescendentes não só conheçam o passado, mas se sintam parte dele. A língua, como veículo primordial da cultura, depende criticamente do trabalho de instituições de ensino que não só a ensinem, mas que a vivifiquem, tornando-a relevante para os mais jovens. Paralelamente, a promoção das artes – do teatro à música, da literatura às artes plásticas – permite que a cultura não seja um artefacto estático, mas uma realidade dinâmica e em evolução. Estes esforços de preservação são, na verdade, atos de revitalização. Trata-se de garantir que as novas gerações de lusodescendentes não vejam a sua herança como um peso do passado, mas como um trampolim para o futuro, uma identidade plural que lhes confere uma perspetiva única no panorama global.

Contudo, de pouco servem raízes fortes se o tronco da comunidade estiver fraco, e não soubermos qual o rumo a tomar. Fortalecer o presente implica uma acção concertada e estratégica, focada na construção de pontes robustas entre os diversos núcleos da comunidade portuguesa espalhados pela China e pelo Sudeste Asiático, potenciando sinergias em áreas como o comércio, o turismo e a educação. A partilha de experiências bem-sucedidas e a identificação de áreas de oportunidade comum podem abrir novos horizontes para todos. A cooperação deixa de ser uma aspiração para se tornar numa ferramenta prática de crescimento mútuo.



Esta cooperação pode e deve materializar-se em esferas tangíveis. No campo económico, podem ser fomentadas redes de negócios que liguem empresários e profissionais liberais, facilitando o comércio e o investimento dentro da região. O turismo cultural, centrado no património lusófono, representa outra área de enorme potencial, capaz de gerar receitas e de dar a conhecer esta herança a um público mais vasto. No domínio académico, a criação de parcerias entre universidades e centros de investigação pode impulsionar o estudo da língua portuguesa, do direito, da história e das relações internacionais, posicionando a comunidade como um polo de conhecimento especializado.

Para que esta cooperação seja bem-sucedida, é fundamental um diálogo permanente e estruturado entre as instituições. A partilha de melhores práticas, a identificação de desafios comuns e a conceção de projetos conjuntos permitem optimizar recursos e amplificar o impacto de cada organização. Só

através de uma visão partilhada e de uma vontade colectiva se pode transformar a potencialidade em realidade.

A diáspora é uma tapeçaria de experiências, competências e oportunidades, pelo que, o fortalecimento do presente passa também por um investimento nas pessoas. Uma comunidade que não acautela o futuro, que não oferece perspetivas às suas gerações mais jovens, está condenada à estagnação. Iniciativas sociais e educacionais são, por isso, os elementos vitais que mantém a comunidade viva e pujante. O apoio à integração de novos emigrantes é um primeiro elo crucial. Oferecer-lhes orientação, redes de contacto e suporte logístico não é apenas um gesto de solidariedade, é uma forma inteligente de enriquecer a comunidade com novos talentos e perspetivas. Por outro lado, é imperativo criar oportunidades para os jovens lusodescendentes.

Programas de bolsas de estudo, formação profissional e, sobretudo, redes de transferência de conhecimento, que li-

guem profissionais experientes a recém-chegados ao mercado de trabalho, são instrumentos poderosos para reter talento e garantir a renovação da liderança comunitária. Estes projetos transformam a comunidade de um conceito abstracto num espaço tangível de apoio mútuo e de crescimento partilhado. Eles asseguram que o tecido social se mantém coeso e que cada indivíduo tem a oportunidade de contribuir para o todo, fortalecendo, assim, o presente de forma sustentada.

E é na intersecção entre a tradição e a modernidade que se constrói o futuro. E construir o futuro exige que se abrace a inovação sem medo, transformando-a numa aliada da coesão comunitária, pelo que a inovação tecnológica surge como um pilar estratégico. Neste contexto, o desenvolvimento de uma plataforma digital centralizada, concebida especificamente para ligar os lusodescendentes da diáspora, é um exemplo tangível deste impulso, e talvez um dos projetos mais emblemáticos e visionários em curso, sugerido pelo Conselho das Comunidades Portuguesas, no seu programa global de acção para o quadriénio do presente mandato.

Mais do que um mero repositório de informação, esta ferramenta aspira a ser um ecossistema digital vibrante, um ponto de encontro virtual onde se partilham oportunidades de emprego, se anunciam eventos culturais, se accedem a recursos educativos em português e se estabelecem contactos pessoais e profissionais. Num mundo pós-pandemia, onde o digital complementa e por vezes substitui o contacto presen-

cial, uma tal plataforma pode encurtar drasticamente as distâncias geográficas, criando um verdadeiro espaço dinâmico que fortalece os laços comunitários à escala global.

O seu foco inicial na Ásia pode servir de piloto para uma rede que, no futuro, se pode estender a toda a diáspora mundial.

O rumo para o próximo biénio deve ser, portanto, orientado por esta visão dupla. Por um lado, é imperativo consolidar o trabalho de base: aprofundar as parcerias estratégicas, valorizar a herança cultural de forma inteligente e dinâmica, e continuar o essencial trabalho de representação dos interesses da comunidade. Por outro lado, é crucial lançar-se com audácia na implementação de projetos futuros, como o portal digital, e na exploração de novas frentes de cooperação regional.

O futuro da comunidade portuguesa na Ásia não está pre-determinado. Será forjado pelas escolhas que fizermos coletivamente hoje. Será moldado pela nossa capacidade de honrar as raízes que nos dão identidade e força, enquanto definimos audaciosamente um rumo claro, abraçando a inovação e a colaboração. O momento convida não à nostalgia, mas à acção; não à fragmentação, mas à união. É tempo de fortalecer o presente com a sabedoria do passado e de construir o futuro com a ousadia que os nossos antepassados sempre demonstraram. O legado que deixaremos às gerações vindouras depende do empenho que colocarmos agora nesta tarefa coletiva.



Rui Marcelo

Presidente do Conselho Regional da Ásia e Oceânia
do Conselho das Comunidades Portuguesas



PASSAGENS

510 anos de relações luso-étíopes

O encontro com os cristãos da Abissínia

O Mar Vermelho, que os portugueses de outrora chama-vam Mar Roxo, foi, ao longo do século XVI, intensamente percorrido pelas naus com a Cruz de Cristo estampada no velame, e que tinham por principal objectivo espiar as actividades dos turcos, o inimigo mais temido. Os portugueses tinham-se posicionado naquela região, estabelecendo

feitorias em Arquico, muito perto de Maçúá, e na ilha de Socotará. E depois havia a Abissínia, terra cristã e aliada, demandada, em 1487, por Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã, enviados do rei D. João II com a difícil missão de partir à descoberta, por via terrestre, do afamado reino do Prestes João, procurando, no decorrer dessa jornada, obter o máxi-

mo de informações sobre o Índico e as preciosas especiarias que aí se transacionavam.

Como resultado desse contacto entre povos cristãos, embora de rito diverso, a rainha regente Eleni decidiu enviar uma embaixada etíope e confiou-a ao comando do mercador de origem arménia Mateus. Este, há muito residente no reino, apresentaria credenciais “e um fragmento da Vera Cruz”, em Lisboa, ao rei D. Manuel I, corria o ano de 1515. Eivado de grande significado político e simbólico, o acontecimento teve vasta repercussão na Europa “através de cartas remetidas para as cortes europeias e papal, relatando a chegada do embaixador do mítico Reino do Preste João, identificado com o Reino da Etiópia”. Uma embaixada portuguesa foi de imediato despachada, e com com um valioso presente. Porem, imponderáveis vários e a morte do embaixador Duarte Galvão atrasaram a comitiva, que só em Abril de 1520, e já sob a chefia D. Rodrigo de Lima, entraria nas terras altas da Etiópia, “pelo porto de Massawa”.

Senhora de uma imensa curiosidade, a rainha de Etiópia quis saber como era o Papa, quantos reis cristãos havia no mundo e se aqueles seus estranhos irmãos na fé tinham visitado o Santo Sepulcro, ansiando, acima de tudo, que eles anulassem rapidamente o predomínio dos turcos, inimigos de ambos.

Constituía a Abissínia de outrora os actuais territórios da Etiópia e da Eritreia, hoje inimigos figadais. Asmara – uma “Roma no corno de África” – e Lalibela, com as suas igrejas talhadas em pedra, datadas do século XII, eram então as duas principais referências do mítico reino cristão. Mais tarde, e como resultado de um continuado contacto luso-e-

tíope, surgiram os amuralhados castelos de Gondar (inspirados nos nossos) e que ao longo dos séculos foram sendo adaptados ao gosto local, sem que a matriz portuguesa se tivesse desvanecido. Matriz essa que compreende um vasto e rico legado arquitectónico que se estende por uma região que tem como ponto de referência o lago Tana, situado num planalto a 1800 metros de altitude, bem no interior do país. Perto desse lago situa-se a nascente do Nilo Azul, cuja «descoberta» as encyclopédias anglo-saxónicas (que frequentemente ignoram os feitos portugueses) atribuem a um escocês, embora o local tenho sido visitado muito antes por portugueses, fossem eles missionários, soldados ou simples aventureiros, pois dessa massa era feita a gente que palmilhou os recantos da Abissínia séculos antes de quaisquer outros europeus.

Não me espantaria nada que o próprio Pêro da Covilhã ali estivesse estado. Impedido de regressar a Portugal, casado com uma mulher local, proprietário de uma casa e de várias terras, tempo para isso certamente não lhe faltou.

A norte, no cimo das colinas avistam-se intrigantes conjuntos monumentais, totalmente em ruínas, obedecendo todos a um mesmo padrão arquitectónico: uma muralha de pedra muito alta que rodeia um castelo de planta quadrada. Associados a essas estruturas defensivas há ruínas de igrejas, o resultado das diversas missões jesuítas que a partir de 1557 foram entrando na Etiópia, e aqui permaneceram até 1634. Esse legado reflecte, afinal, um contacto pioneiro e duradouro que teve início com a viagem de Pêro da Covilhã e se prolongou ao longo de séculos. Missionários e soldados acompanhariam de perto os soberanos coptas etíopes na





A partir de 1543, uma significativa comunidade mestiça luso-etiópe passaria a viver nesse reino cristão provocando, inevitavelmente, alterações significativas num modo de vida que podemos classificar de nómada

sua luta contra os muçulmanos, eritreus e outros. Numa fase posterior, a desastrosa acção evangelizadora dos primeiros conduziriam a fraticidas guerras civis que marcariam para sempre a história da Etiópia.

A partir de 1543, uma significativa comunidade mestiça luso-etiópe passaria a viver nesse reino cristão provocando, inevitavelmente, alterações significativas num modo de vida que podemos classificar de nómada. Assim, de um reino gerido a partir de acampamentos com tendas – aí viviam os imperadores abexins –, passaríamos a um reino controlado a partir de construções de pedra e cal, e de planta quadrangular com dois ou três pisos, à semelhança dos castelos europeus. Foram os portugueses que introduziriam na Etiópia a técnica da construção em pedra e argamassa, fenómeno que, ironicamente, atingiria a sua expressão máxima após a sua expulsão desse país, sendo então estabelecida a primeira capital sedentária, precisamente em Gondar. Obra da autoria do padre arquitecto Pêro Pais, um dos descobridores da nascente

do Nilo Azul e um dos primeiros europeus a provar o sabor do café, Gorgora era considerado um local de extrema importância, pois entre 1611 e 1618 serviu de local de residência ao imperador Susenyos. O pouco que resta da abóbada da igreja jesuíta é sustentado por alguns toros de madeira que evitam que tudo se desmorone. De todo o conjunto arquitectónico subsistem apenas algumas secções do palácio – dotado de pórtico e claustro –, da residência dos jesuítas e da catedral, edifícios que seriam concluídos por volta de 1622. Nessa região, para além de Gorgora, sobressaem, pelo seu valor histórico, lugares como Guzara, Fremona, Azazo, Dabsan, Aringo e Debra Mai, só para citarmos alguns. E ficaria este apontamento incompleto se não mencionasse as diversas pontes na região atribuídas aos portugueses, junto às catartas de Tisisat, de Alata e Avala-Andahé, ambas no Nilo Azul, isso para além, claro, de alguns usos e costumes dos etíopes, o resultado de um contacto com mais de 500 anos, efeméride assinalada em 2015, faz este ano uma década.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador



NOVOS DESAFIOS PARA 2026

A I L D . P T

ARTES E ARTISTAS LUSOS

Miguel Calhaz

[YouTube](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



Miguel Calhaz, músico natural da Sertã, contrabaixista, compositor e intérprete, tem vindo a afirmar-se como uma das vozes mais singulares da música portuguesa contemporânea. Com uma carreira que cruza o jazz, a música tradicional e a palavra poética, Miguel tem explorado novas formas de dar vida à canção portuguesa, seja através de projetos autorais como vozCONTRAbaxo ou homenagens sentidas como Contra-Cantos, dedicado aos cantautores do 25 de Abril. Nesta entrevista, vamos conhecer melhor o seu percurso, as suas influências e o que o move artisticamente.

Como começou o seu percurso musical e o que o levou a escolher o contrabaixo como instrumento principal?

O meu percurso começa a ser traçado na Filarmónica União Sertaginense (na qual ingressei com nove anos de idade), antes disso já a música mexia muito comigo, pois os meus pais cantavam muito em casa e ouvia-se muita música. O meu primeiro instrumento foi a trompeta, depois aprendi guitarra, baixo elétrico, até que aos 26 anos arranjei dinheiro para comprar um contrabaixo e... nunca mais me separei deste instrumento.

Quais foram os momentos mais marcantes da sua carreira até agora?

Sem dúvida os prémios José Afonso (melhor tema original 2011) e Ary dos Santos (melhor

poema 2013 e 2015) no Festival Cantar Abril - Almada. Mas também o lançamento do meu primeiro disco em nome próprio “Estas Palavras” (disco Antena1 2012).

Como foi a experiência de estudar com nomes como Carlos Bica, Bernardo Moreira e Peter Erskine?

Os workshops que frequentei com estes grandes mestres músicos, bem como outros como Rufus Reid e Omer Avital, Aaron Goldberg e John Ellis, entre outros foram muito importantes tanto na minha formação pré-académica, tal como em contexto de masterclasses que se realizaram na ESMAE (Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo) e outros locais. Mas ainda mais importante e fundamental foi o acompanhamento que sempre tive por parte do meu Professor de Contrabaixo: António

nio Augusto Aguiar, que sempre me incentivou a criar, e a abordar tecnicamente o instrumento nas suas mais distintas possibilidades de execução. Foi meu Professor na Licenciatura em Jazz e também Orientador da minha tese de Mestrado. Considero-me um privilegiado por ter contado com a sua enorme, inestimável e afável ajuda neste percurso.

O que distingue o álbum *ContraCantos* dos seus trabalhos anteriores como *vozCONTRAbixo* ou *Contemporânea Tradição*?

Bem, estamos a falar de duas vertentes um pouco diferentes: Os *ContraCantos* (vol.1-2024 e vol.2-2025 JAAC Records) são na sua essência recriações



© DR



de temas dos nossos grandes Mestres cantores da Revolução, com arranjo para voz e contrabaixo em simultâneo, o mesmo se passa com o trabalho Contemporânea Tradição (2023 JAAC REcords), mas com temas da nossa música de antanho, das raízes das nossas tradições. Por outro lado, o disco “vozCONTRAbaxo” é composto maioritariamente por temas originais usando também esta instrumentação “sui generis” (a voz e o contrabaixo).

Como é o seu processo de composição?

Pode partir de um fragmento melódico, ao qual vou adicionando harmonia (ou vice-versa), acontece frequentemente a partir de um padrão rítmico ou de um ostinato. No caso dos temas com letra jogo igualmente com a inversão dos polos - às vezes surge primeiro a letra e depois a música, outras vezes vou “pincelando” frases poéticas numa “tela” melódica.

Como equilibra a tradição musical portuguesa com influências contemporâneas como o jazz e a world music?

Tento tratar deste assunto com o maior do respeito que a tradição e a contemporaneidade merecem. Acredito que o Jazz, na sua componente de improvisação e treino auditivo, é uma poderosíssima ferramenta para poder “radiografar” a música que nos rodeia no dia a dia, ou a que conhecemos desde o berço.



© DR

Que papel tem a palavra e a poesia nas suas composições?

Não é com certeza “papel de embrulho”... Dou muita importância à mensagem escrita que depois canto, seja ela acerca de problemas que afetam o quotidiano, seja de protesto, de sentimentos, ou até de sátira...

De que forma a sua ligação à Sertã e à região da Beira Baixa influencia a sua música?

A Sertã é uma terra belíssima onde sempre me senti (e continuo a sentir) impulsionado para desenvolver a minha música. Sempre tive e mantendo projetos musicais ligados à região que vão desde grupos e atividades musicais muito variadas. O Cancioneiro desta



zona sempre me influenciou, a sua beleza e riqueza são inquestionáveis, daí me ter debruçado sobre vários temas desta região no disco “Contemporânea Tradição”. Neste momento encontro-me a trabalhar sobre a recolha e transcrição de temas desta zona, também conhecida por “Zona do Pinhal”.

Como é conciliar a atividade artística com o ensino no Conservatório de Música de Coimbra?

É um gosto poder trabalhar nestas duas áreas que, a meu ver, se complementam: ensino artístico e atividade artística/criação musical.

Que conselhos costuma dar aos jovens músicos que querem seguir uma carreira artística?

Que não se deixem seduzir pelo óbvio e o imediato, que trabalhem sem se deixarem obcecado por ideais de sucesso fácil, mas acima de tudo que criem e pratiquem a música que lhes traga ao de cima o mais genuíno e melhor deles próprios.

Projetos para 2026?

Muitos. Novos discos (em nome próprio e em colaborações), várias atividades no serviço educativo da Associação Cultural Museu da Música de Coimbra (da qual faço parte), publicações, entre outros desafios que vão surgindo.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

“Make music not war”.

A M B I E N T E

Borralha

A mina que nunca fechou

A exploração de volfrâmio nas Minas da Borralha, que durou dezenas de anos, ao longo de grande parte do século passado, deixou atrás de si um pesado legado ambiental, e um rastro de destruição e contaminação. As minas, hoje cobertas de solos estéreis, mato e ferrugem foram deixadas ao abandono, sem quaisquer projectos de recuperação ou planos de mitigação. Sob o chão da Borralha, o chumbo, o arsénio, o cobre, o cádmio, e outros metais pesados, continuam a infiltrar-se nos rios, nos poços, nas entradas da terra, nas couves da horta. Não sou eu que o digo, são os relatórios de entidades cre-



díveis (LNEG, Universidade do Porto, Universidade de Aveiro), que falam de grande contaminação da região, de graves riscos ambientais, de solos mortos, de problemas para a saúde pública. Mas, como sabemos, os papéis circulam como folhas soltas num vendaval que sopra rápido e ninguém parece disposto a travar. São páginas de um livro amaldiçoado que ninguém quer ler, nem sequer tocar, sob pena de se deixar contaminar. O assunto não é cool. Não é instagramável. Não, não é.

Há quem denuncie, e há quem se cale. E são muitos! Nas Minas da Borralha, as ruínas revelam histórias que o poder instituído tenta apagar. Ao longo dos tempos sempre se invocaram subterfúgios para branquear os erros do passado. Sempre se usaram aprimoradas técnicas de lifting. Há coisas que nunca mudam. Nunca! Vem da práxis

ou aprendem-se nos livros, como preferirem.

Num processo marcado por entraves à participação pública das populações e pela opacidade e denegação de acesso à documentação do projecto, o mesmo lá foi andando, entre avanços e recuos, até chegar à actual fase de consulta pública. Pelo meio, diversas manifestações das populações e marchas de tractores contra o projecto, assim como a polémica prospecção realizada pela empresa concessionária em terrenos contaminados, que tanta indignação causou devido à contaminação constante do ar e das águas.

Será isto progresso ou a mera repetição de um erro que sairá caro? É aqui que a contradição ganha corpo. Um sítio reconhecido pela sua singularidade, pela sua paisagem, pelos modos de vida que resistem, estará prestes a



ver chegar mais uma mina, mesmo ali, às portas do Parque Nacional Peneda-Gerês. Importa referir que, as consequências de uma mina não se circunscrevem à sua implantação física como querem fazer crer. Toda a sua envolvência, num raio de muitos quilómetros será afectada. Será isto desenvolvimento ou retrocesso? Analisando com clarividência, parece não restarem dúvidas. Se se remexe na ferida antes de estar curada, se se promete futuro à custa de quem não pode escolher, não estamos perante uma escolha, mas uma imposição. E imposições devem ser combatidas.

Vem-me à memória o projecto de recuperação ambiental previsto para as Minas da Borralha, projecto esse, que nunca passou disso mesmo, de um mero projecto prometido.

Coexistiu, anos a fio, lado a lado, com o projecto mineiro, para a mesma área de intervenção. Ora, isto é algo surreal para um país de pleno direito da União Europeia, demonstrativo da falta de planeamento estratégico e de uma inenarrável navegação à deriva.

As empresas, essas, candidatam-se a subsídios, prospectam, exploram, abrem falência e abandonam. Depois, regressam com outro nome, outra capa, a mesma conversa, as mesmas intenções, o mesmo *modus operandi*. Na verdade, as minas nunca fecham; apenas mudam de dono. Especulação, maximização do lucro, destruição – é assim que mineração predatória se repete, num ciclo sem fim.

Há que saber identificar as vãs promessas e as doces men-



tiras; os benefícios para os “senhores da mina” e os malefícios para o povo. Como sabemos, ao longo do século passado, o volfrâmio serviu para alimentar grandes guerras e consideráveis fortunas. Esta, julgo ser, uma verdade insufismável. E, o que ficou? O que restou? Sem grandes enumerações ou considerandos, no terreno, a realidade fala por si. Não ficou nada.

Todavia, a administração política local, alinhada e embalada pelo discurso do progresso, atribuiu um parecer positivo ao projecto e aplaude, efusivamente, ainda que de forma envergonhada, o regresso da mina. Acena com as promessas do costume: algum desenvolvimento; meia dúzia de eventuais empregos; o regresso de mais movimento à terra (ainda que esventrando uma região Património Agrícola

Mundial); e muitos outros chavões de encher o olho. *Et voilá*, temos o milagre económico de volta às Terras de Barroso. É natural, pois claro. Após décadas de inépcia na criação de políticas de desenvolvimento local para a região, descobriram na mina a tábua de salvação. Até se comprehende este modo hábil de terceirizar a incompetência, chamando-lhe progresso, acreditando que esta nova “mina de oportunidades” remediará as carências que a sua própria inoperância política deixou proliferar.

Dias virão, e aí irão perceber, que a verdadeira riqueza da região das Minas da Borralla não estava debaixo da terra. Diga-se, em abono da verdade, que a riqueza sempre ali esteve, à vista de todos, à superfície, nas aldeias que resistem, nas águas cristalinas que se espalham nos lameiros



verdejantes, na preservação das ricas tradições ancestrais, no canto das aves, nas pachorrentas vacas que moldam as inconfundíveis paisagens barrosãs, na dignidade das pessoas que ali persistem.

Enquanto isso não acontece, os habitantes da região das Minas da Borralha continuam a acreditar e a esperar por um Eldorado barrosão que será tudo menos brilhante. Muitos deles falam baixo, retraídos, porque o silêncio, na região, é entendido como moeda de troca, de sobrevivência e até de subserviência. Mas, há silêncios que se pagam caros. Há medos que aprisionam. Aliás, Portugal, no seu todo, nunca se libertou do medo. Do medo de falar, do medo de agir, do medo de ser visto, do medo de ser apontado na rua, do medo de perder o emprego, do medo de perder o subsídio, do medo do que os outros vão dizer ou pensar, do medo da própria sombra, do medo de ter medo. Como se a liberdade de expressão fosse coarctada numa espécie de exercício de auto-silenciamento imposto. É cultural. Os resquícios do antigo regime ainda subsistem inculcados por aí como sombras inibidoras da expressão da vontade e da liberdade. Nas Minas da Borralha, o medo de contrariar a posição

favorável da Câmara à mineração é maior que o medo de ter uma mina à porta de casa. Nos corredores do poder, as minas são um não-assunto. Nada se sabe, nada se viu, nada se ouviu. Por seu lado, os técnicos pagos pela empresa concessionária vão alegando que não há risco e as Minas da Borralha transformar-se-ão numa espécie de País das Maravilhas. Sim, esse mesmo, o da Alice. Pudera! No círculo do poder político não vislumbra qualquer modelo de desenvolvimento alternativo à mina. Nas alternativas não há políticos. E o povo, esse, continuará encurralado, com a vida e o futuro em suspenso, entre os políticos sem alternativas e as alternativas sem políticos.

A mina de volfrâmio da Borralha não é um caso isolado. Longe disso. Há a mina de lítio do Romano, na freguesia de Morgade (Montalegre); a mina de lítio do Barroso, na freguesia de Covas de Barroso (Boticas); e muitas outras nestes e outros concelhos deste pequeno país à beira-mar plantado. É o espelho de um modelo de desenvolvimento que continua a colocar o lucro acima do bem comum, um modelo que promove a mineração em regiões frágeis, despopuladas, despovoadas e com manifesta falta de capaci-



dade de defesa política. A retórica do “progresso” serve de cortina de fumo para práticas que ignoram a sustentabilidade, a justiça ambiental e a proteção das populações locais. Portugal precisa de decidir se quer continuar a explorar os seus recursos naturais de forma predatória ou se quer construir um futuro assente na integridade do território e na qualidade de vida das suas comunidades. No caso da Borralha, como noutras casas similares, a resposta parece-me evidente: antes de pensar em extraír mais no presente, é preciso reparar o que já foi destruído no passado.

Um dia, quando o pó assentar e não houver risco em estar do lado da verdade, quando o medo deixar de pesar, quando já for seguro falar e a vergonha se diluir no tempo, todos dirão ter sido contra. Que sim! Que sempre souberam do perigo! Que sempre defenderam a paisagem! Que sempre se preocuparam com a água, com o solo, com a vida que crescia entre as encostas das Minas da Borralha. Dirão que nunca concordaram com o pó que pairava no ar, com a contaminação que escorria pelo rio, com o silêncio imposto e

até com a falta de água para lavar a consciência. Dirão tudo isso e baterão com as mãos no peito em sinal de arrependimento. Mas não. Para a história só ficam os fortes; dos fracos não reza a mesma. Haverá memória sim, para as gentes que viveram, sofreram, resistiram e não se venderam. Não para os que anuíram ou chegaram tarde demais.

Tal como escrevi em tempos idos, nesta mesma revista *Descendências*, da janela do «chalé alpino» com vista para a mina, nem todos viam o risco – alguns viam riqueza, progresso, sinais de vida nova. Agora, essa janela volta a abrir-se, com outros protagonistas e os mesmos vícios de sempre. Mas atenção: ter uma janela com vista para a mina não é um privilégio! Caros leitores, está aí a Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental da Mina da Borralha, até ao dia 17 de Novembro do corrente ano, tendo em vista a reativação da exploração. Prometem trabalho. Dinamização. Valorização do território. Mas a que custo? Às comunidades, pergunta-se. Participem! Digam não a este retrocesso ambiental e social!



Vítor Afonso
Mestre em TIC

| LUSO - CRIANÇA

O Gui é um menino muito especial

O Gui nasceu da barriga da mãe e do amor entre o pai e a mãe.
Ele foi muito desejado.
Desde que nasceu, sempre foi uma alegria porque o gui trazia magia.
Até que um dia a sua mãe começou a ficar preocupada.
Algo não estava bem com o Gui.
A mãe andou, andou, fez mil e muitos quilómetros entre médicos e médicas, exames e mais exames e uma batalha contra tudo e contra todos, porque só uma coisa interessava: o Gui e o amor pelo Gui.
Até que um dia chegou a notícia que ela tanto esperava, porque ela já sabia: o Gui era um menino especial!
E agora estava comprovado. Se dúvidas houvessem, a sua mãe agora poderia tirá-las e gritar aos 4 ventos: o meu Gui é especial. Ele tem um poder sem igual.
- Um poder sem igual?
Perguntam vocês, mas qual era esse poder?
O poder do Gui é o seu sorriso!
Sim.
Porque onde quer que ele vá não há sorriso igual e qual não é o poder maior que um sorriso? Que destrona até os mais carrancudos e mal dispostos!
Portanto, se passarem algum dia pelo Gui, já sabem, ele tem um poder especial: ri como não há igual.

Poema dedicado especialmente ao Guilherme Forte, detentor de Síndrome de Pitt-Hopkins e também a todas as crianças com esse síndrome e outros.



Sara Nogueira
Mediadora de Leitura/Autora do projeto Literanto

| TRADIÇÕES LUSAS

Peixes e outros pescados



(...). Onde houver rios, haverá sempre peixe frito com ou sem erva peixeira (...)

E rios por aqui não faltam!

Até há bem poucos anos atrás...

ainda da minha lembrança moncorvense, o pescado do mar só aportava por cá: seco, de meia-cura, carregado de sal e em conserva enlatada. Chegavam apenas as sardinhas em caixas de madeira, queimadas e impregnadas de saleira, tairrentas, que se vendiam à unidade [até ao aparecimento do comboio e ao rasgo das novas vias de comunicação, a sardinha era o

pescado mais consumido na região; estima-se, para a 2ª metade do séc. XIX, um consumo per capita de 65 a 70 sardinhas], as enguias em barricas e de salmoura, o polvo seco ou de meia-cura, o bacalhau salgado, as conservas de atum enlatadas e a raia de meio-sal para as mesas natalícias dos beirões durienses. De vez em quando lá vinham encaixotadas umas fanecas, alguns chichárros e um ou outro congro para as famílias de melhores posses.

Mais tarde, ainda no tempo das “tabernas ambulantes”, de Bragança a Miranda do Douro, este safio «congreiro» foi também comer de feirante, vendido assado com batatas



cozidas e um molho assemelhado ao dos peixes do rio e da marrã de feira.

As alternativas, que colmatavam esta carência marítima — essa mania bem portuguesa de comer qualquer pescado — eram os peixes do rio: os nativos [barbos, bogas, escalos, trutas, bordalos, pardelhas, rabecos, tencas, panjorcas ou xardicas, rainhas, enguias...] e os mais recentes forasteiros [carpas, achigãs, percas, lúcios, góbios, alburnos, pim-pões...].

A lampreia e o sável já nem ao Corgo aportam!

Finaram-se as lampreias à transmontana bem apresuntadas e o sável ao viés dos «corgueiros». Contudo, formou-lou-se mesmo assim um receituário atractivo e apetente: espetadas em varas de loureiro, que induzem a um excelente sabor, assaduras e grelhados de momento, escabeches que prometem longevidade às frituras, migas ribeirinhas, ensopados, sopas abonadas e caldeiradas de recurso, etc... Sempre com azeite! (...) A utilização da erva peixeira, tam-

bém conhecida por hortelã da ribeira e alecrim do rio, constitui a diferença da cozinha dos ribeireiros da Vilariça em relação às das outras regiões de pesca fluvial, porque só por ali é que ela abunda e perdura a tradição do seu uso.

Os “ribeireiros” eram os pequenos agricultores que se deslocavam das aldeias vizinhas e da “vila” [Torre de Moncorvo] para o cultivo das courelas dos barrais da Vilariça. Foram, essencialmente, produtores de hortícolas e dos conhecidos «melões vilariços».

Quanto à utilização das azedas cunqueiras, outra das diferenças marcantes, outrora muito usadas na condimentação das finadas lampreias à transmontana e das míticas enguias do ou à moda do Sabor, pelo seu sabor acidulado, faziam o gosto e o papel do vinagre de vinho tinto. [Não sei se alguém ainda se dá ao trabalho de as amanhar desta forma! À moda dos pescadores da Foz do Sabor! Porque a Taberna do Lino, onde a Maria Carvoeira desafiava o mais pintado dos homens a fartar-se delas, já há muito que cerrou portas.]

“Do peixe a sardinha, da carne o bacalhau e depois a en-
guia...”

Dito popular

«(...) Espetadas de bogas é comida de pardelheiro, ribeireiro,
meloeiro...

O que lhe quiserem chamar! Dizem, eles, que não podem (ou
não querem?) andar de grelha às costas!» (...). Em varas fi-
nas de loureiro afiadas numa das pontas, com umas folhas
deixadas de permeio, que eles amanhavam dos arbustos das
bordaduras das hortas ribeirinhas, trespassavam as bogas, -
barbos ou escalos, - estripadas e conservadas à mistura com
ervas peixeiras, alternando com rodelas grossas de cebola e
pedaços de pimento verde. Depois de temperadas com um
nadinha de sal, iam a assar em brasas não muito vivas. (...)
Qualquer tipo de lenha serve para a abrasar a fogueira, mas se
houver uma boa cepeira seca e uma molhada de vides, muito
melhor... E uma ramada de eucalipto para uma boa cheirada,
ainda melhor!

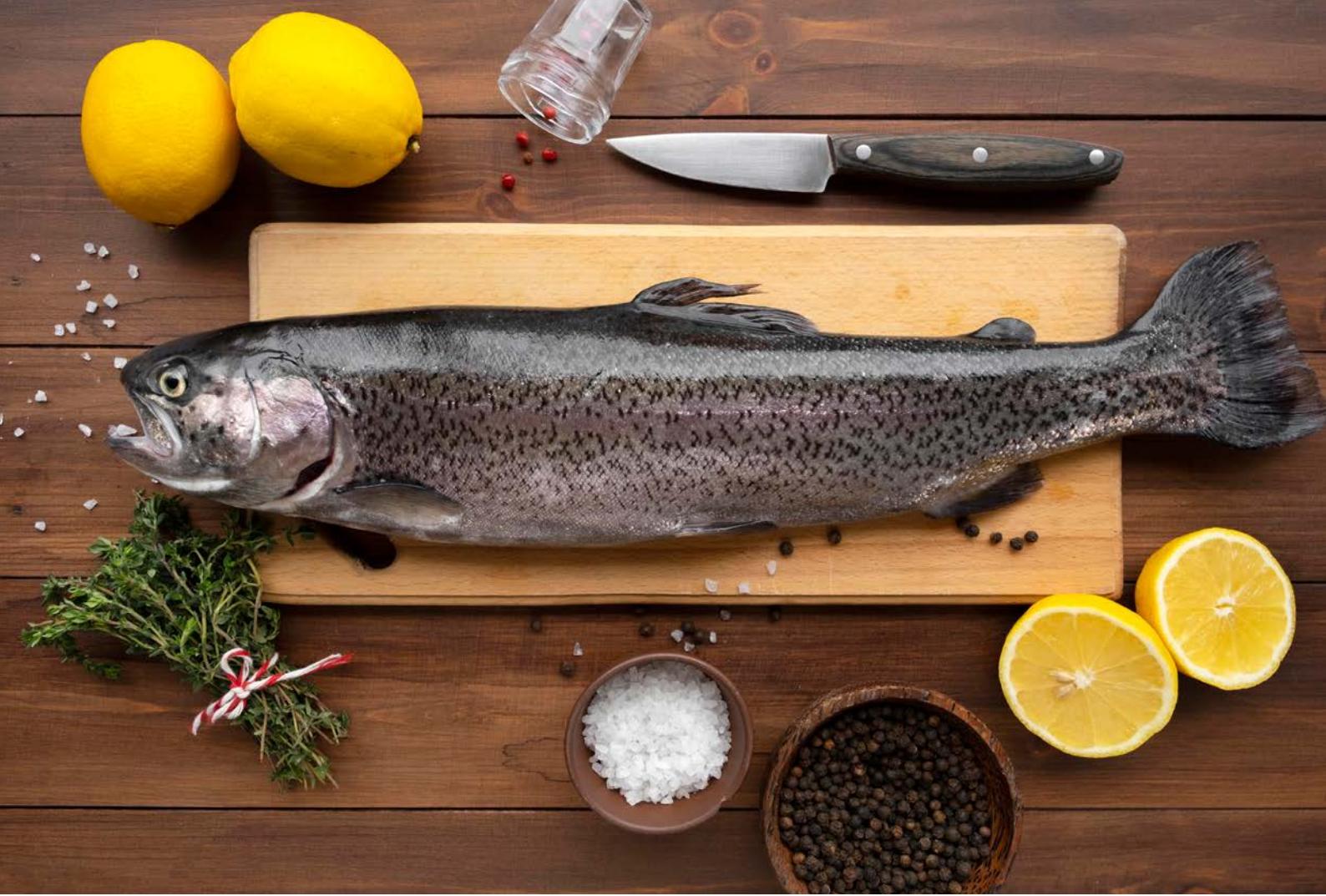
Na altura de irem ao prato esmaltado, ou só por cima do ca-
dorno de pão, eram ensopadas com um molho de azeite, vi-

nagre de qualquer vinho, alho picado, salsa de enfeite e co-
lorau picante, que, por norma, já vinha preparado de casa na
marmita e no taleigo da merenda. E os acompanhamentos iam
além de uma boa côdea de pão para arrebanhar o molho, a
cabaça ou a bota-do-vinho para aguçar o apetite e empurrar
os espinhentos, além da inevitável talhada de remate do “vi-
lariço” e da não menos inevitável cachaça de amolecimento
e aconchego à sesta. A seguir, ninguém resistia a uma boa
sesta...

Migas de peixes do rio

É ao longo do rio Douro, das arribas da Sapinha à Foz do Tua,
que ainda teimam em fazê-las. Embora o tipo de peixe seja o
mesmo - o pescado no momento, - para uns é apenas cor-
tado às postas e para outros, depois de cozido, tem que ser
bem desfiado e desespinhado. Varia, também, o ritmo de
cozedura, a força dos refogados, a condimentação facilitada
[malagueta bufarenta, salsa sombreira, hortelã vulgar, poejo
ribeirinho, erva peixeira, canela em vagem...], o derradeiro
afinamento e a utilização ou não de ovos batidos - com ou
sem vinagre - para o envolvimento do pão fatiado. São, por
isso, bem diferentes as migas confeccionadas pela Dona Lu-





cinda do Café Lameirinho das Cabanas de Baixo daquelas que se servem no Restaurante Bago d’Ouro de Barca d’Alva – à moda da Dona Prazeres, as preparadas pelo fozcoense Vérríssimo Carteiro em contraponto às do Luis Barqueiro do Caçhão de Arnozelo.

Truta é pescado de águas frias.

E é nos rios e ribeiros da Terra Fria Transmontana e do Baixo Barroso que o dito bicho se preza por passar a maior parte do tempo e proporcionar as melhores receitas: fritas na banha ou no azeite, assadas por cima das brasas ou em forno de lenha, simples ou recheadas de fatias de presunto [haverá poucos transmontanos, e não só, que não tenham num cantinho da memória aquelas saudosas trutas à moda de Boticas ... no Restaurante Santa Cruz! Enfim! Os saberes intransmissíveis das irmãs Zulmira e Lurdes, legados desde finais do século XIX, e um prometido “vinho dos mortos” pelo senhor Armando Cunha.] ... abafadas num embrulho de presunto entre-meado, de escabeche mais ou menos avinagrado, em formato sapeiro – as trutas sapeiras – à moda dos vila-realenses...

As trutas antes de irem ao forno, depois de recheadas de presunto, eram dobradas da boca para a cauda e atadas com um fio. Consta que assim seriam as trutas à moda do cozinheiro do Morgado de Mateus.

Mas... quando o pescador da Terra Quente subia até ao habi-

tat delas e a cozinheira da casa fazia por presentear os convidados com a sua arte, era bem possível que fosse com um saber azeitado e de molho azeitonado [trutas com azeitonas] — misturando azeite, vinagre de vinho, cebola picada e azeitonas descaroçadas ou alcaparras delas esmagadas.

Carapaus ou chicharros, tanto se me dá!

São “tchitchárros” e não “tchítcharros”. Agora que se comiam grelhados ou fritos com chicharros e couves migadas, lá isso também é verdade. Confusões fonéticas e de escrita à parte, na minha Terra, carapaus são chichárros pequenos e chichárrros são carapaus grandes. E quando não vinha apergoadada a sardinha, o polvo ou o congro, o carapau é que não podia faltar. Cozinhá-los, assá-los, de forma diferente dessa — carapaus com fiolho “à maneira dos ricos lá dos lados da Régua”, com uma boa esfregada de azeite, salsa e funcho picado — só de escabeche ou recheados de presunto como faziam com as trutas no tempo em que as havia no Varosa.

“Não há comida abaixo da sardinha, nem burro abaixo de juvento”.

Vá lá a gente entender este dito!

As populares sardinhas comem-se da forma mais simples: fritas, as mais pequenas, assadas, as maiores. Assadas, são manjar imprescindível dos arraiais e verbenas dos Santos



Populares [«Comeres conviviais»]; fritas, simples ou esca-bechadas, por todo o Vale do Douro e Terra Quente Transmontana, eram uma obrigação nos cadornos e merendas da apanha da amêndoia e vindimas (...). Noutros tempos, os bra-ceros galegos que tanto ajudaram a erguer o Douro Vinha-teiro tinham por hábito ajeitá-las de caldeirada [caldeirada de sardinhas] ou, então, emborrachá-las, cozendo-as numa aguada de vinho branco, adubos pretos - cabeças de cravinho, noz-moscada e grãos de pimenta - e sal [sardinhas bor-rachas que os durienses mais ricos adaptaram para sardinhas com vinho tinto, conforme me contaram na terra do meu pai, Sanhoane - Santa Marta de Penaguião].

No início do séc. XIX crê-se que cerca de 40 a 45% dos jei-reiros nas escadavadas e vindimas durienses eram de filiação galega. Completavam o universo da proveniência da mão-de-obra: os montanheiros, longroivos, vareiros, minhotos e transmontanos, que também influenciaram as práticas gas-tro-alimentares desta região ribeirinha.

Por sua vez, na Terra Fria Transmontana, na época das se-menteiras outonais, havia quem preferisse escarchá-las

[sardinhas escarchadas ou sardinhas albardadas] numa massa de farinha e ovo, temperada de sal e pimenta, ou refogá-las numa boa tomatada com azeite, cebola rodelada, dentes de alhos esmagados e salsa esfarrapada [sardinhas de tomatada] (...). Quando faltavam na caixa da peixeira, ou es-tas já estavam demasiado tairrentas [“Quem vende sardinha, come galinha”], o recurso mais fácil era o enlatado — tradição que se enraizou no nosso dia-a-dia, principalmente após a consolidação das vias ferroviárias na região, a necessidade de suprir as quebras de exportação da indústria conserveira nos períodos do pós-guerra e a dinâmica daquela que foi a primeira grande fábrica de conservas alimentícias (Real Fá-brica de Conservas Alimentícias Brandão, Gomes&C.ª, 1894-1950). E o mais vulgar era colocá-las por cima da calda do arroz - simples, de tomatada ou com espargos bravos - e deixar ferver mais um tantinho [arroz de sardinhas de lata].

Já não abundam enguias como antigamente, nadam mal e não passam nas barragens (...)
Lamento dos pescadores da Foz do Sabor



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo



Lisboa | Clermont-Ferrand
Marraquexe



+351 213 502 515



Especialização local, acompanhamento internacional 25 anos de consultoria contabilística e fiscal personalizada

Acompanhamos empresários, investidores e particulares na sua instalação e desenvolvimento em Portugal, com segurança fiscal, clareza financeira e soluções à medida. Combinamos um profundo conhecimento local com uma visão internacional, transformando a complexidade administrativa e fiscal portuguesa numa oportunidade estratégica.

Tem um projeto em Portugal? Fale connosco



info@cisterdata.pt



cisterdata.pt

| SAÚDE E BEM ESTAR

Saúdes Mentais



É provável que esteja já familiarizado com o conceito de saúde mental, bem como a sua importância. Talvez tenha lido artigos de opinião acerca de hábitos psicológicos saudáveis, que fornecem dicas sobre como se sentir menos triste, irritado ou melancólico, através de estratégias como o exercício físico, organização do espaço, técnicas de respiração ou ações de self-care.

Talvez tenha já tentado aplicar estas estratégias, e sin-

ta que elas possam ficar aquém, ou que não resolvem as suas questões mais profundas. É frustrante sentir que esta perspetiva não nos responde ao problema, e pode fazer com que surjam sentimentos de inadequação, ou de que algo dentro de nós está errado. Se já sentiu coisas parecidas, não está sozinho.

A disseminação da psicologia, saúde mental e conceitos psicológicos, apesar de importante e necessária, pode le-



var à banalização do sofrimento e às disseminação de respostas rápidas e pouco pensadas. A saúde mental é vivida e manifestada de forma maneira diferente em todos nós. Como tal, as ações e estratégias que nos permitem melhorá-la são subjetivas e têm de ser adaptadas a cada pessoa.

Uma das respostas poderá ser iniciar um processo terapêutico com um profissional de saúde mental. O que é que isso significa? O primeiro passo é conhecer. Quem é a pessoa, qual

é a sua história de vida, quais são as suas questões? Só conhecendo o ser na sua subjetividade poderemos pensar numa intervenção que se adeque e responda às suas necessidades. E a intervenção? Pode passar por diversas técnicas e estratégias, comportamentais, cognitivas e emocionais, que permitem elaborar e interpretar os pensamentos e sentimentos que vão surgindo, para que se chegue a novas conclusões e se transforme o menos bom em algo melhor, algo que

esteja mais próximo da essência e necessidades da pessoa.

Quer seja para lidar com um problema agudo no presente, desenvolver competências pessoais, ou aumentar o autoconhecimento, a psicologia poder ser uma boa escolha para quem sente que as estratégias gerais não respondem às suas necessidades. Porque não há apenas uma forma de saúde mental, há várias, e todos merecemos conhecer e desenvolver a nossa.



Mafalda Carreiro
Psicóloga Clínica



| **FUNDAÇÃO AEP**

A Diáspora Portuguesa em Macau

A comunidade portuguesa em Macau constitui uma presença singular no contexto da emigração portuguesa, caracterizada pela sua posição estratégica na interface entre Portugal e a China. Atualmente, estimam-se entre 2.000 a 4.000 cidadãos portugueses residentes no território, divi-

didos em três grupos principais: portugueses nascidos em Macau ou com décadas de residência, profissionais qualificados que se estabeleceram após 1999 em sectores como hotelaria, banca e serviços jurídicos, e quadros técnicos recrutados por empresas multinacionais.

Trata-se de uma comunidade altamente qualificada, com predominância de gestores, advogados, consultores, bancários, engenheiros e profissionais do turismo. Esta especialização reflete as necessidades do mercado macaense, fortemente orientado para serviços de elevado valor acrescentado. Muitos ocupam posições de responsabilidade e dominam línguas asiáticas (cantonês e mandarim), facilitando a navegação entre culturas distintas e mantendo padrões de mobilidade transnacional entre Macau e Portugal.

A presença portuguesa em Macau remonta a 1557, tendo o território funcionado durante séculos como posto avançado da expansão portuguesa na Ásia. O período de transição que antecedeu a transferência de soberania em 1999 provocou significativa redução demográfica, com a comunidade portuguesa a diminuir de cerca de 10.000 para menos de 3.000 pessoas entre 1987 e 1999.

Contrariando expectativas pessimistas, a implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” preservou espaços para a comunidade portuguesa, mantendo o português como língua oficial. O espetacular crescimento económico de Macau na primeira década do século XXI, impulsionado pelo sector do jogo e pelo turismo chinês, atraiu novos profissionais portugueses, invertendo parcialmente a tendência anterior. Contudo, após 2014, a desaceleração económica e as restrições da pandemia de COVID-19 provocaram nova contração, com muitos jovens a regressarem a Portugal ou a reorientarem-se para outros mercados asiáticos.

A diáspora portuguesa em Macau representa um ativo estratégico valioso para a internacionalização da economia

portuguesa na Ásia, com potencialidades que se manifestam em várias dimensões:

Acesso ao mercado chinês: Os portugueses residentes em Macau possuem conhecimento profundo das dinâmicas económicas chinesas, práticas empresariais e processos regulamentares complexos. Podem funcionar como intermediários qualificados para empresas portuguesas que pretendam investir na região, reduzindo riscos e custos de entrada num mercado que representa o maior parceiro comercial da União Europeia. Macau, com regime fiscal competitivo, ausência de controlo cambial e acordos preferenciais com a China continental (CEPA), pode servir de plataforma de investimento privilegiada.

Facilitação de investimento bilateral: A presença de profissionais portugueses em sectores-chave (banca, consultoria, serviços jurídicos) permite-lhes atrair investidores asiáticos para o mercado português ou europeu, identificando oportunidades em áreas como imobiliário, tecnologia, energias renováveis e turismo.

Transferência de conhecimento sectorial: O turismo e hospitalidade destacam-se como área prioritária. A experiência adquirida em Macau, líder mundial em receitas de jogo e turismo de luxo, pode valorizar a oferta turística portuguesa através da transferência de práticas de gestão hoteleira premium. A construção e engenharia civil, sectores onde empresas portuguesas demonstraram competências em Macau, podem expandir-se para outros mercados asiáticos. Os serviços financeiros, particularmente wealth management, representam oportunidade crescente dado o interesse de investidores chineses em diversificação internacional.





Plataforma lusófona: O Fórum de Macau, criado em 2003 para cooperação económica entre a China e países lusófonos, pode ser revitalizado pela comunidade portuguesa como plataforma efetiva para exportações portuguesas para mercados africanos e brasileiros via China. Esta triangulação comercial aproveita redes lusófonas e o posicionamento único de Macau.

Educação e língua portuguesa: A manutenção do português como língua oficial e a procura crescente por línguas estrangeiras na China criam oportunidades no sector educativo. Instituições portuguesas podem desenvolver programas de ensino e atrair estudantes chineses, gerando receitas e criando redes de alumni que facilitarão futuros negócios.

A diáspora portuguesa em Macau, embora numericamente modesta, constitui capital estratégico singular para a afirmação económica de Portugal na Ásia. Posicionada com acesso privilegiado ao mercado chinês e dotada de competências especializadas, esta comunidade pode catalisar a internacionalização empresarial portuguesa. Transformar este potencial em resultados tangíveis exige reconhecimento político do seu valor estratégico e coordenação institucional efetiva.

Num mundo onde a Ásia concentra crescente quota da riqueza global, Portugal não pode desperdiçar este ativo único – testemunho de séculos de história e ponte para o futuro económico da nação.



Paulo Dinis
Diretor Executivo da Fundação AEP

OPINIÃO DO ASSOCIADO

Lusodescendentes do Oriente

A herança que Portugal esquece

Portugal gosta de definir-se como um país de pontes e de comunidades, mas tem falhado em apoiar quem, no Oriente, mantém viva a herança portuguesa. Em Malaca, Goa ou no Sri Lanka, sobrevivem comunidades lusodescendentes que continuam a celebrar tradições, danças, cantos e até fragmentos da língua portuguesa. No entanto, essas manifestações têm persistido com pouco ou nenhum apoio do Estado português. O ex-secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, admitiu recentemente que “Portugal não tem feito praticamente nada na relação com algumas comunidades de lusodescendentes da Ásia” e que “não há uma continuidade de trabalho” nessa área (Observador, 29/08/2024). A constatação é séria: as pontes culturais, linguísticas e diplomáticas entre Portugal e essas comunidades foram negligenciadas durante décadas e ainda são.

Alguns movimentos surgem de baixo

para cima. Em Díli, foi dado um passo que deveria embaraçar o Governo Português, a criação da Associação das Comunidades Luso-Asiáticas (APCA), aprovada este ano, que representa um esforço de união das várias comunidades lusodescendentes da Ásia (Malásia, Myanmar, Sri Lanka, Tailândia, Goa, Indonésia, Macau e Timor-Leste) para partilhar experiências e exigir reconhecimento (O Diligente, 29/06/2025). Mas a força associativa, não substitui a ausência de políticas públicas coerentes.

O caso do Sri Lanka é talvez um bom exemplo. Como recorda Fernando Santos Pessoa no Sul Informação (01/01/2024), a presença portuguesa, deixou marcas profundas: fortalezas, léxico, nomes e tradições religiosas. “Existe uma comunidade que se orgulha da herança portuguesa, que canta, dança e festeja essas suas tradições.” Contudo, “Portugal não tem relações

diplomáticas com o Sri Lanka, senão uma cônsul honorária que não sabe uma palavra de português.” O autor conclui sem rodeios: “É uma lacuna imperdoável.”. Enquanto os Países Baixos investem em museus e programas de conservação da sua presença histórica, Portugal “nunca lá investiu um escudo”. O contraste é doloroso, revelando um país que valoriza o passado marítimo, mas ignora os rostos vivos que ainda o testemunham.

Reconhecer e apoiar estas comunidades não é só nostalgia colonial, é uma responsabilidade cultural e humana, é um investimento no futuro, na criação de pontes, oportunidades de crescimento e restabelecimento de laços. O Oriente lusodescendente pede apenas presença, diálogo e continuidade. Se Portugal continuar a descurar estas comunidades, perderá mais do que laços diplomáticos: perderá parte da sua própria memória.



Ricardo Colaço
Assessor de Projetos/Financiamento AILD



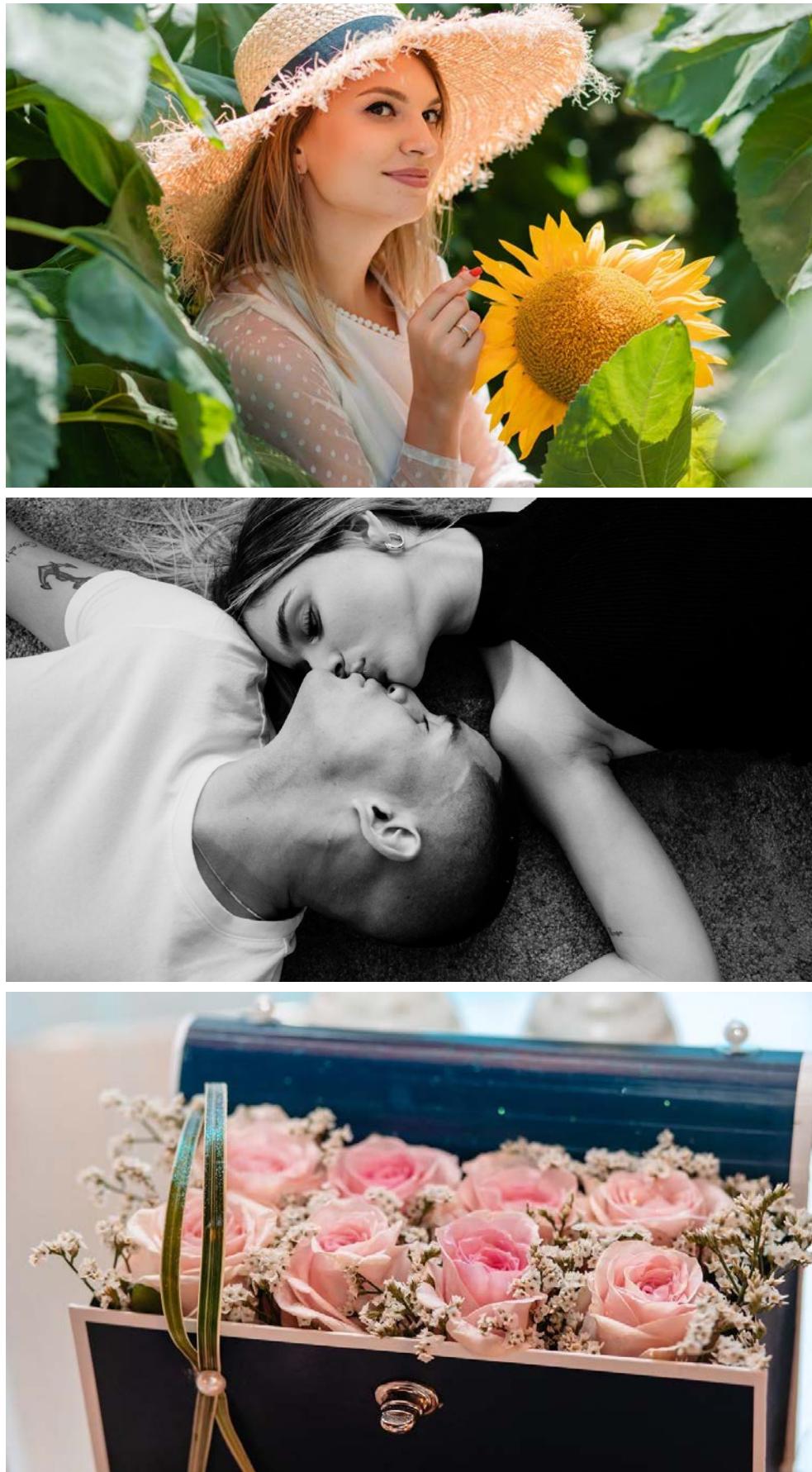
| PELA LENTE DE
Vera Bondar





Chamo-me Vera Bondar e sou fotógrafa, apaixonada por eternizar momentos cheios de emoção e significado. A fotografia sempre foi uma parte essencial da minha vida — é através dela que expresso o que sinto e conto histórias reais. O meu maior objetivo é transmitir emoções autênticas, especialmente nas fotografias de família, captando o amor, a ternura e a ligação entre as pessoas.

O meu estúdio fotográfico é um espaço pensado com muito cuidado, onde cada detalhe, decoração e acessório artesanal tem um propósito: criar um ambiente acolhedor e inspirador. Acredito que





cada sessão deve ser uma experiência única, feita à medida de quem está à minha frente.

Além das sessões em estúdio, adoro realizar sessões artísticas ao ar livre, como ao pôr do sol na praia ou ao amanhecer, momentos em que a luz e a natureza se unem para criar uma magia especial.

Gosto de criar visuais e cenários personalizados para cada tema, dando vida a cada fotografia com criatividade e emoção.

Mais do que imagens, quero criar lembranças vivas, capazes de fazer sentir, sonhar e reviver cada instante.



PROGRAMA REGRESSAR

Liliana Cunha

De Barcelona para o aconchego de Portugal

O que levou a Liliana a emigrar?

Tinha um espírito inquieto que não cabia na minha terra, queria explorar o mundo! Desde pequena que sonhava em morar no estrangeiro. Fui para a Universidade em Lisboa e fiz um ano de Erasmus em Barcelona. Foi o suficiente para me apaixonar completamente pela cidade. Voltei a Lisboa para terminar os meus estudos e voltei a Barcelona, desta vez para trabalhar. A vida em Barcelona era maravilhosa, cidade belíssima e cosmopolita e eu disfrutava muito do meu quotidiano.

O porquê do regresso a Portugal?

Com o Covid o teletrabalho instalou-se e aqueles tempos solitários da pandemia deram-nos motivação para pedir à empresa que nos permitisse trabalhar em teletrabalho permanentemente, permitindo-nos liberdade geográfica.

No meu caso a minha empresa tem sede em Portugal e aceceram à minha transferência. Eu, grávida do meu primeiro filho, estava pronta para voltar. Assim que ele nasceu tive a certeza de que era perto dos meus que queria estar. O meu marido é estrangeiro e apoiou a decisão de vir viver para a minha terra. Ele também cresceu num ambiente rural e tinha muita vontade de sair da cidade. Ambos concordamos que seria o melhor lugar para criar os nossos filhos.

Felizes com este regresso?

Realizamos muitas coisas com este regresso. Eu que nunca achei que iria fixar-me em lugar nenhum...comprei um imóvel! Eu que nunca tinha conduzido... agora tenho um carro! A melhor parte para mim foi ter dado à minha mãe a alegria de ter sido avó a tempo inteiro e ter-lhe proporcionado tanta felicidade com a nossa volta antes de falecer no final de 2023. Sinto uma paz enorme em estar de volta à minha terra, de es-



tar cercada de natureza e de ter a maturidade para apreciar esta vida calma que na minha juventude não entendia. Ver os meus filhos a brincar no imenso terreno do meu pai deixa o meu coração quentinho. Tenho tudo que preciso aqui.

Quais são os vossos projetos atuais?

Para já, involucrei-me na política local e juntei-me à lista da candidata vencedora à Presidência da Junta, quero muito ajudar no desenvolvimento da minha terra.

O meu marido depois destes primeiros anos de adaptação focado em outras áreas está pronto a relançar-se na fotografia. De resto, o nosso projeto mais importante é a nossa família, temos a missão de criar os nossos meninos num lar de paz. É importante para nós transmitir-lhes valores e tranquilidade. Temos nas mãos a geração de homens do futuro e somos conscientes disso. Queremos que um dia ao pensarem na infância e adolescência deles sintam o privilégio de terem crescido assim, tal como eu.

Como conheceram os apoios financeiros do Programa Regressar?

Lembro-me de ter visto uma reportagem sobre o Programa e procurei informações na internet.

E como correu o processo de candidatura? Foi fácil ou complexo? Tiveram algum apoio?

Antes de voltar pedi informações sobre todos os documentos que necessitaria para a candidatura, o que facilitou imenso na hora de submeter. Fiz tudo sozinha, achei o processo muito fácil e intuitivo.

Na vossa opinião de 1 a 10, (sendo 10 a pontuação máxima), o Programa Regressar deve continuar?

10! O Programa foi de uma importância enorme para o re-começo em Portugal!

Programa Regressar



José Albano
Diretor Executivo do PCRE



VIAGEM LUSITANA

A Misteriosa Arca Musical de Natal

Palavra repleta de Magia que como um Xaile de Estrelas embeleza o Presépio na Noite mais Milagrosa do Ano. Época das Luzes e da Alegria. Porém – quase escondida no Esquecimento a Solidão. O Presente da Noite de Natal revela, para além das Prendas dos Reis Magos, como Esperança, Fé e Coragem iluminam o Mundo. Por vezes – um pequeno Gesto de Boas Palavras dissolvem a Solidão: “Boas Festas!”

No Silêncio da Noite entoa uma pequena Melodia, que oferece uma Aura de Magia à Árvore de Natal com o seu Celestial Presépio. Época das Luzes, que começa com o acender da Primeira Vela da Coroa de Avento. Quatro Velas a iluminarem o Caminho para Belém. Tempo de Contos e Canções Natalícias, Folares, Bolo de Rei e Rainha, Broas ... todos os tradicionais Doces, antigas e novas Tradições, Cartas ao Pai Natal, Postais

de Festa, Prendas, que se escondem, Árvores de Natal enfeitadas e muito mais na infinita Lista, que ao longo do Ano chamam a Saudade do Fado das belas Recordações. Porém – no meio das Festividades também existe algo, que nem sempre se dá a conhecer: a Solidão. Triste, quem chega a Casa e não vê uma Luz acesa a dar as “Boas-vindas”. Quem não recebe Votos de Boas Festas. Não enfeita um Pinheirinho e não recebe,

nem oferece uma Prenda, porque não existe algures Alguém. Sempre que chega o Advento recordo uma pequena Cena da Vida, que Outrora após um longo e difícil dia vivi. Dias pequenos, mas cristalinos com a Brancura da Neve e Noites longas com as Estrelas a cintilarem no escuro Veludo do Céu. Quando saí da Universidade a Cidade brilhava com milhares de Luzinhas, mas o meu pensar navegava na Escuridão. Atravessei o Mercado de Natal e fui comprar o célebre conjunto de “Cane-ta e Papel” para os Apontamentos nas Aulas. Paguei, recebi o Saquinho e com a Mente a perguntar, se a Sorte estava a ser substituída por o não desejado Azar, ouvi as seguintes Palavras: “O que custa desejar “Boas Festas!”?” – Surpreendida “regressei” ao Presente, contemplei a Empregada como se tivesse acordado de um Pesadelo e realizei o presente Silêncio. Por um pequeno Segundo a Memória recordou a “Balada da Neve” de Augusto Gil. Estranho, atendendo que a fria e pobre Tristeza, que o Autor descreve, não encontrava semelhante Comparação com a descrita. Acontece que Momentos de Desespero e Solidão também deixam severa Frieza e Pobreza no Coração. “Batem leve, levemente, / como quem chama por mim. / E uma infinita tristeza, / uma funda turbação / entra em mim, fica em mim presa. / Cai neve na Natureza / - e cai neve no meu Coração.”

Recordando o citado conteúdo, pensei: “Realmente é verdade – pronunciar Boas Palavras somente requer um pouco de Atenção. Os meus Receios referente aos Estudos não eram motivo para Ausência de Consideração.” Realizei a Inversão das Palavras da “Balada da Neve”: Difíceis Tempos não obrigam à Desculpa para deixar cair a Frieza no Coração. Resguardar Alma, Mente e Coração ao chamar a Atenção do Espírito de Natal para a Existência da Chama do Carinho, que acende outra Luz – “Uma Luz acende outra Luz”.

Durante decisivos Minutos, que expliquei a razão do Esquecimento e a Senhora a situação compreendeu – surgiram Palavras de Esperança, que tudo ia correr bem (Correu – acontece, que somente o Futuro o revelou.). Quando me despedi, desejando um Bom Natal e Ano Novo, a anterior Escuridão dissolveu-se. Ao sair do Edifício verifiquei, que

o passado dia não o conseguia magicamente fazer desaparecer. Porém – a “Magia de Advento e Natal” ofereceu Conforto e Confiança, que nem sempre o Azar vence. Importante é jamais perder a Coragem de procurar superar os Obstáculos da Vida, porque somente o Futuro conhece o Destino. Assim ao longo do Tempo nasceu a Ideia do Conto Natalício sobre uma “Misteriosa Arca Musical de Natal”. Tristeza, Solidão, Desespero pertencem à Caixa da Pandora – bem distante do Ser da Festa do Nascimento de Deus Menino. Por conseguinte, porque não contrapor uma diferente Caixa: Arca do Bem. Escrever sobre luzentes Acontecimentos, os guardar e como Presente de Natal oferecer a Musical Caixinha para iluminar Dias e Tempos de Escuridão?!. Um Presente de Palavras e Música. Insólito por ser transcendente e misterioso, dado que se oferece uma Prenda para a Mente guardar na Memória. Uma Arca como Símbolo da Mensagem de Belém e que segue o exemplo do Pequeno “Menino do Tambor”.

“O que custa oferecer um pouco de Espírito de Natal?”

Passado tantos anos ao escrever o presente Ensaio com o respetivo Poema é como recuar no Tempo e viver uma Nuance de Solidariedade e Proteção, que deixou a sua Pegada na Memória do Valor e Significado do Natal. Uma inesquecível Recordação, que deu origem a um especial Dueto: Caneta e Papel escreveram não somente os Científicos Apontamentos dos Estudos Universitários, mas sim também a Poesia da Vida, que nem sempre se revela com luminosa Clareza à Humanidade. Advento – conta a Lenda, que durante a Caminhada para Belém é o Tempo dos Anjos descerem à Terra, a fim de contarem do Celestial Presépio. Um Conto de Milagre. Será? Talvez, como a Lenda do Sininho, que o Pai Natal ofereceu ao Mundo: Enquanto existir Fé no Espírito de Natal, que deseja “Boas Festas e Abençoado Ano Novo”, decidimos guardar os Luzentes Acontecimentos, a fim de proteger a Magia da Misteriosa Arca Musical de Natal – semelhante ao Sininho, que continua a ser ouvido. – Porém, somente se a Realidade resguardou um pouco das Recordações da Infância na Memória.

Boa Viagem de Advento.



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



| **FALAR PORTUGUÊS**

Pequena História das Línguas Parte III

Todas as línguas têm uma gramática — e esta gramática faz-se de elementos que existem numas línguas e não noutras e podem funcionar de maneira diferente em cada uma delas. A existência de artigos, os tempos dos verbos ou a falta deles, o sistema de pronomes, as construções proibidas, as palavras consideradas sagradas ou proibidas, a maneira como os verbos se conjugam para criar tempos compostos, a ordem típica das palavras na frase, os géneros dos nomes, a existência de um, vários ou nenhum plural, a maneira de expressar carinho e um grande et cetera — tudo isto pode mudar e muda de língua para língua. Não é só o vocabulário — não, a ideia um pouco ingénua de que para saber uma língua é preciso apenas decorar palavras é fácil de desmontar depois de alguns minutos a tentar aprender outra língua.

A nossa língua é descendente em linha directa da língua de algum caçador antigo. Muitas das características do português decorrerão

ainda das características dessa língua — por exemplo, termos a tendência para pôr o verbo a seguir ao sujeito (uma tendência muitas vezes contrariada, mas ainda assim uma tendência) pode muito bem ser resultado da maneira como uma tribo particular, há muitos milhares de anos, construía as suas frases, ao contrário do que acontecia na tribo mais próxima, que punha os verbos sempre no início das frases. Esse traço gramatical aguentou-se. Outros mudaram. A nossa gramática, a nossa língua, chega-nos da mistura daquilo que se mantém ao longo dos séculos e da acumulação de pequenas mudanças, graduais, ao longo da História — um processo ininterrupto de transmissão e mudança, que chegou até nós desde esses tempos em que os seres humanos andavam pelo mundo em tribos, a caçar, sem poiso fixo.

Digo ainda isto: as línguas das tribos divergiam, mas nunca estiveram isoladas. Sempre houve contactos entre pessoas de várias lín-

guas. Sempre houve gente a aprender várias línguas. Estes contactos levam a interferências, mortes de línguas, misturas, complicações. Esses milhares de anos antes da escrita representam uma História de conquistas, vitórias e derrotas que eram transmitidas de geração em geração, pelas línguas que já não existem, histórias que hoje já ninguém pode reconstruir, mas cujo ritmo ainda se nota nas nossas próprias histórias, medos e paixões.

As línguas assentam arraiais

A certa altura, deixámos de ser nómadas. Com a invenção da agricultura, alguns grupos de seres humanos começaram a viver num mesmo local ao longo de toda a vida. Nunca deixaram, claro está, de falar — mas a língua começou a estar ligada a determinado território. O território de cada língua podia confinar com outro, colonizado originalmente por outra tribo, onde a língua podia ser tão diferente que encontramos aí uma clara fronteira linguística. Se virmos bem, esse conceito de fronteira não fazia sentido entre tribos.

Começam então outras histórias: conquistas, invasões, línguas que são abandonadas perante a força da língua dos invasores, línguas antigas que continuam a ser faladas em casa, mas esquecidas na praça, entre muitas outras voltas e reviravoltas.

Mesmo no território onde os falantes dumha língua se estabeleceram, a distância cria diferenças. Os habitantes de um povoado percebem bem os habitantes da aldeia vizinha, que percebem bem os habitantes da aldeia seguinte — e por aí fora. Mas se juntássemos os habitantes de duas aldeias distantes, talvez tivessem muita dificuldade em compreender-se. Nestes casos, não é fácil saber onde começa uma língua e começa outra. Estamos perante aquilo que se chama actualmente um continuum dialectal. Não há fronteiras marcadas, mas há uma grande diversidade no território.

Pois bem. Neste território de línguas que ora mudam abruptamente ora vão divergindo subtilmente de terra para terra, temos pontos nevrálgicos: as cidades, centro de reinos, impérios e poderes vários. Esses poderes dão um prestígio superior à maneira de falar típica do local onde se instalaram — o que também podemos dizer em relação à classe social dominante, seja ela qual for. Afinal, a variação linguística não é — nem nunca foi — uma questão meramente geográfica.

Há formas de falar que ganham um prestígio imenso — e começam

a expandir-se, apagando formas de falar de outros locais ou regiões — e isto acontece tanto a um traço gramatical, a uma palavra, como a uma língua inteira. No fundo, a linguagem humana está sujeita a forças centrífugas — as línguas estão sempre a mudar, estão sempre a surgir palavras novas, ninguém fala precisamente a língua dos pais nem dos filhos, há uma necessidade inerente de dizer coisas novas, de novas maneiras — e a forças centrípetas — há sempre formas consideradas de prestígio que exercem a sua força de atração. Há um ponto importante: estes centros de poder atraem muitas pessoas, de muitos locais. Assim, o seu dialecto particular tende a incorporar características de muitos locais. A forma de prestígio atrai outras formas, tanto no sentido de lhes roubar elementos, como de apagar aqueles que não são «escolhidos» para fazerem parte da língua de prestígio — e agora já uso a palavra «língua» precisamente porque é o termo que foi sendo dado aos dialectos de prestígio, assumindo depois um território que inclui outros dialectos. Temos ainda a considerar uma das grandes invenções da Humanidade: a escrita. Sabemos que foi inventada em vários locais. Um dos primeiros foi a antiga Suméria, onde um sistema de registo contabilístico evoluiu para um sistema de registo da língua. Já a nossa escrita em particular aparece numa sucessão que remonta — pelo menos — ao Antigo Egípto. Se a escrita dos egípcios tem ou não relação com a língua dos Sumérios é um ponto controverso nesta história. Seja como for, a escrita baseia-se sempre no dialecto de prestígio de determinado território, falado numa ou várias cidades. Ficamos assim com um território com muitas diferenças e alguns pontos em que a forma de falar tem um prestígio imenso, plasmado no seu uso na escrita. Este uso começa a ser descrito e modelado em obras que tinham — e têm — o objectivo de regular o uso da língua: as gramáticas, os dicionários, os livros de estilo e listas de «erros comuns». Entramos no território da norma da língua, que pode ser encarada de forma mais aberta ou dinâmica ou mais fechada e restrita. Pois bem: num mundo em que as línguas estão, muitas delas, ligadas a um território e têm uma norma escrita, todas continuam a mudar, com mais ou menos tropeções. E, como há tantos milénios, continuamos a usá-las para contar histórias, avisar dos perigos em redor, dizer mal do vizinho, ensinar e aprender, explicar a criação do mundo, namorar em sussurros, mentir descaradamente, contar anedotas à volta da mesa...



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

| FISCAL

Programas de incentivo do Estado português – Miragem?

Multiplicam-se, em Portugal, programas de incentivo com propósitos diversos e promessas generosas, mobilizando verbas públicas significativas sob o desígnio de “estimular a economia”. À primeira vista, o quadro é sedutor: comparticipações a fundo perdido, taxas bonificadas, majorações por objetivos, um léxico de oportunidade que parece alinhar vontades e resultados. Mas, ao escrutinar o percurso real de um promotor desde a candidatura até ao recebimento efetivo dos fundos, a miragem revela-se: O estado absorve a maior parte dos incentivos apesar ser o setor privado a transformar melhor cada euro investido, ao passo que o Estado, através de organismos freqüentemente sobrecarregados, altera prazos, reescreve avisos e atrasa pagamentos que eram, no papel, previsíveis.

O empresário que entra neste circuito depressa percebe que o apoio técnico é irregular e que os mecanismos de decisão carecem de cadência. O calendário administrativo não se confunde com o calendário de tesouraria: um investimento tem fornecedores, salários, rendas e dívidas que vencem religiosamente; já as dotações públicas, prometidas para fases determinadas, escorregam meses — por vezes quase um ano — sem que tal implique consequências

simétricas para quem falha. Ora, o fluxo de caixa não tolera metafísica. Quando o dinheiro não entra, a empresa financia-se, adia outras decisões, paga mais por crédito e carrega o custo reputacional de um projeto que aparenta não cumprir metas que, na verdade, dependem de terceiros. O resultado é perverso: um incentivo concebido para acelerar a execução passa a fator de risco financeiro e operacional.

A instabilidade normativa acrescenta entropia. Critérios de elegibilidade retocados, prazos reprogramados, grelhas de pontuação reponderadas no decorso do jogo corroem a previsibilidade — ativo crítico de qualquer decisão de investimento — e criam custos ocullos: consultoria extra, reformulação de planos, recontratação de equipas e, não raro, conflitos com parceiros cuja disponibilidade não é elástica. A isto soma-se uma máquina pública com défice de recursos humanos qualificados, sujeita a greves, rotação e desmotivação. Falta quem esclareça em tempo útil, quem licencie com pragmatismo, quem fiscalize sem paralisar, quem autorize sem labirintos, quem pague sem labirintite.

Importa, por isso, ajustar expectativas. O selo “financiado pelo Estado” não esteriliza riscos; pelo contrário, introduz

camadas adicionais — risco de pagamento, risco regulatório, risco de execução numa interface público-privada complexa, risco reputacional se o projeto for reavaliado à luz de critérios mutantes. O investidor prudente modeliza cenários adversos, admite que o “cliente Estado” tem ritmos próprios e protege a liquidez com almofadas adequadas. Estrutura o plano como se o incentivo fosse um bónus contingente, e não o pilar do modelo financeiro. Negocia marcos objetivos com contrapartidas por atraso, documenta a todo o momento, exige mecanismos de garantia quando possível e preserva margens para absorver derivas temporais inevitáveis. Os incentivos podem, ainda assim, ser valiosos. Há projetos que, sem essa alavanca, tardariam a sair do papel. Mas convém recusar a ingenuidade: o Estado não é um financiador privado com relógio suíço, e a sua natureza burocrática, por mais bem-intencionada, é fonte de fricção. Entre a promessa e a execução, medeia um terreno onde sobrevivem os planos robustos, preparados para incerteza e dotados de disciplina financeira. Vistos assim — como complemento e não como tábua de salvação —, os programas deixam de ser miragem e podem tornar-se numa vantagem competitiva real.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt

Want to live in Portugal?



Get the number one agency

We take care of everything from day one. All the pre departure arrangements, visas, documentations, bank accounts, transportation, health services or schools. All you need to live in Portugal

